

Eixo 1

Adolescência e Juventude: Questões Contemporâneas

Curso: Formação Básica em Socioeducação - Núcleo Básico



Conteudistas Responsáveis:

Tatiana Yokoy
Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Texto elaborado e atualizado a partir do material didático do Curso Formação Básica de autoria de:

Tatiana Yokoy

Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Psicóloga, mestre em Psicologia e doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde.

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Psicóloga, mestre em Psicologia e doutora em Educação.

Dayane Silva Rodrigues

Psicóloga na Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal. Psicóloga, mestre em Psicologia e doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde.

Curso: **Formação Básica em Socioeducação - Núcleo Básico**



Apresentação do Eixo 1

Caro cursista,

Começamos aqui uma jornada de estudos que tem como objetivo favorecer uma melhor compreensão e reflexão sobre o trabalho que realizamos no contexto das medidas socioeducativas. Você já demonstrou que é uma pessoa comprometida com a qualidade do seu trabalho, preocupada com esta temática e, dessa forma, com o conjunto de políticas públicas destinadas a população adolescente – por isso está aqui!!!

Neste Eixo, que é também o primeiro do Curso de Formação, vamos estudar as relações de interdependência entre o desenvolvimento de adolescentes e algumas questões contemporâneas que afetam a adolescência com experiência plural, como: as mudanças na organização da família e da sociedade; as principais vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos adolescentes brasileiros de diferentes classes e contextos sociais; o fenômeno da criminalização da juventude; a diversidade que caracteriza as adolescências brasileiras; dentre outros.

Esperamos que você goste deste Eixo e que, juntos, aprendamos muito!!!

TEMA 1 – Adolescência, o Desenvolvimento dos Adolescentes na Contemporaneidade e a Diversidade de Arranjos Familiares

Olá, seja bem-vindo(a) ao Tema 1!!!

Nele, vamos tratar dos seguintes assuntos:

- **Infância e adolescência como construções sociais:** história da infância e da adolescência no Brasil e no mundo, destacando o papel da escola e das modernas relações de trabalho nessa construção social;
- **Diferentes perspectivas sobre a adolescência e a contemporaneidade:** vieses etários, sociais, desenvolvimentais e culturais; e
- **Novos contornos da família na sociedade contemporânea:** transformações históricas dos grupos familiares; características e necessidades da família na sociedade contemporânea; e políticas sociais para a família brasileira.



Neste Tema de Ensino, temos por objetivo apresentar e desenvolver, utilizando para isso vários recursos, o argumento de que a adolescência não é simplesmente um fenômeno biológico natural, definindo-se em torno do amadurecimento reprodutivo e sexual. Queremos compartilhar com você que a adolescência, portanto, não pode ser reduzida à puberdade e nem a um conjunto de comportamentos típicos. Do ponto de vista sociocultural, mesmo dentro de um mesmo grupo ou sociedade, cada adolescente é diferente do outro.

A adolescência se caracteriza como fenômeno do curso de vida da pessoa, mas também se relaciona às dinâmicas históricas e sociais que continuam a se transformar ao longo da história das sociedades. A adolescência é, pois, um importantíssimo período de desenvolvimento humano, no qual as experiências psicossociais se articulam aos processos biológicos, definindo possibilidades de desenvolvimento futuro.

A experiência de ser adolescente nos dias de hoje é bastante influenciada pela cultura de consumo e por suas contradições, pelas tecnologias de comunicação e informação, pela fragilidade do sistema de valores sociomoraes contemporâneos e pelas novas configurações familiares. Toda essa conjuntura atual influencia intensamente os comportamentos dos adolescentes, os significados que eles desenvolvem sobre si e sobre o mundo e a própria adolescência.

Boa leitura!

Infância e Adolescência como Construções Sociais

Introdução

Nesse primeiro assunto do Tema 1, incentivamos você, cursista, a refletir conosco sobre a noção de adolescência. Para muitas pessoas, a adolescência é vista como uma fase de desenvolvimento muito difícil, na qual aconteceriam várias mudanças simultâneas e, com isso, seriam esperados conflitos, por exemplo, com os pais e com a escola. No entanto, gostaríamos de propor alguns questionamentos, para ajudar na consolidação de uma visão mais completa do que é ser adolescente no nosso país nos dias de hoje.

Propomos que você se faça as indagações a seguir, registre por escrito suas respostas e, posteriormente, discuta com seus colegas de curso no Fórum de Debate identificando em que medida as suas colocações se aproximam ou diferem da dos demais cursistas. Vamos lá?

- **O que é ser adolescente?**
- **Como se dá a passagem da infância à adolescência?**
- **A adolescência ocorre da mesma forma em todos os grupos humanos?**

Após ter respondido as questões e participado do Fórum de Debate, leia o texto que vem a seguir.





A Construção Social da Infância e da Adolescência

O primeiro passo para ampliarmos nossa compreensão sobre a adolescência é conhecer melhor o que é a infância. Estamos acostumados a enxergar na infância a fase de brincar, ir à escola, jogar e sonhar. Por isso, esquecemos que esta não é uma condição presente do mesmo modo em todas as sociedades, grupos ou classes sociais.

Somos levados a pensar que esta é uma forma natural e universal de tratamento concedido a todas as crianças porque prezamos a ideia de que as crianças necessitam de cuidado e proteção, além do direito à brincadeira, à imaginação, à educação e à saúde. Entretanto, como veremos ao longo desse Tema, a descrição acima corresponde a uma forma particular de experimentar a condição infantil, historicamente datada e condicionada por fatores socioculturais e históricos.

Para começar, você está convidado (a) a realizar a seguinte atividade:

Atividade de Estudo



Atividade 1 - Análise sobre a construção social da infância e adolescência

1. Assista ao vídeo “A Invenção da Infância”. Este premiado documentário de Liliana Sulzbach apresenta uma reflexão bastante sensível sobre o que significa ser criança no mundo contemporâneo: ser criança não significa ter infância e, no Brasil, a depender da condição das famílias e das comunidades, várias infâncias são encontradas.

A Invenção da Infância

- Gênero: Documentário. Ano: 2000. Duração: 26 minutos. Local de Produção: RS/Brasil.
- Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_invencao_da_infancia
- Caso você tenha dificuldade em acessar ao filme diretamente no *link* acima, sugerimos abrir uma nova janela no seu computador e buscar o filme pelo nome dentro do portal <http://portacurtas.org.br/>



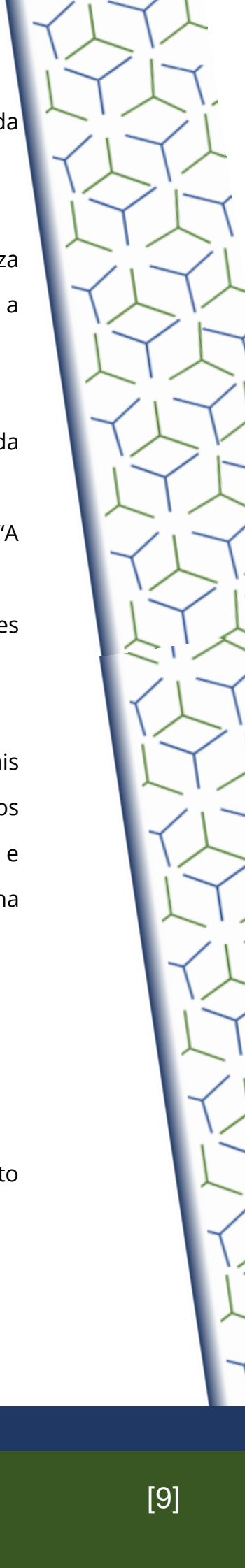
2. Aprecie a seguinte charge do artista gráfico Rodrigo Rosa: "Yes, nós temos 'ralouím'".



Fonte: Rodrigo Rosa art:

<https://www.facebook.com/rodrigorosaarts/photos/a.401164366661863/1681500941961526/?type=3&theater>

Rodrigo Rosa é um artista gráfico brasileiro com mais de 30 anos de carreira. É cartunista, ilustrador, quadrinista e jornalista. É conselheiro da Sociedade de Ilustradores do Brasil. Já publicou em diversos jornais e ilustrou diversos livros, recebendo prêmios em salões de humor no Brasil e no exterior.

- 
- 2.a.** De acordo com a charge, interprete o significado possível da expressão “ralouím”.
- 2.b.** A ironia é um dos principais recursos que o autor da charge utiliza para denunciar/satirizar, fazendo uso do humor para chamar a atenção dos leitores. Qual é a ironia apresentada por esta charge?
3. Várias infâncias podem ser encontradas em nosso país, a depender da condição das famílias e das comunidades.
- 3.a.** Quais infâncias podem ser identificadas no documentário “A invenção da infância”?
- 3.b.** Quais infâncias podem ser inferidas a partir das charges analisadas?
4. Partindo das reflexões favorecidas pelos materiais audiovisuais sugeridos, reflita sobre que diferentes infâncias você relaciona aos adolescentes com quem você convive em sua família e comunidade e que infâncias você associa aos adolescentes com quem você trabalha na Socioeducação.
- 4.a.** Em que elas se aproximam?
- 4.b.** Em que elas são diferentes?

Após ter respondido as questões da atividade de estudo 1, leia o texto que vem a seguir.

Seguindo o percurso da construção social da infância e da adolescência...

Antes do século XVIII, era muito tênue, quase inexistente, a consciência coletiva sobre as especificidades e necessidades da infância. Ignorava-se que as crianças fossem dotadas de uma personalidade, ou alma, existente desde o nascimento. A criança não era reconhecida como um ser humano completo e, conforme o contexto, podia ser percebida tal como um animal de estimação, um anjo ou um selvagem.

Devido à desvalorização da vida das crianças e à ausência de mecanismos de prevenção em saúde, a mortalidade infantil era numerosa, mesmo nas famílias mais abastadas e as crianças que não sobreviviam, com frequência, eram enterradas no próprio pátio doméstico, sem batismo. Mesmo aquelas que venciam os desafios da primeira infância – doenças, pestes e a outros males – podiam viver muitos anos sem que lhes fosse atribuído um nome próprio. Por fim, mal adquirissem alguma desenvoltura física, logo passavam a se misturar às rodas de adultos, no trabalho e nas festas (Ariès, 1978; Costa, 1989).

Interessante notar que, na maior parte das famílias, o trabalho era realizado no próprio ambiente doméstico. Assim, brincar e trabalhar eram atividades que se misturavam, levando as crianças a migrarem diretamente do berço à posição de trabalhadores, sem passar pela condição de adolescentes ou jovens, tal como os conhecemos nos dias atuais. São costumes que nos causam estranhamentos, especialmente se os analisamos à luz das concepções que hoje temos sobre a infância e a adolescência, quando as crianças são reconhecidas como sujeitos prioritários de todos os direitos humanos, individuais e sociais.



Com o tempo, particularmente após o Renascimento e o advento da modernidade no mundo ocidental, as concepções e práticas sobre a infância foram se modificando e se diferenciando entre contextos socioculturais. Nesse sentido, é importante pensar que cada época e cada contexto sociocultural definem concepções específicas sobre a infância e a adolescência. Em diferentes tempos e lugares, infâncias vão sendo construídas de modos diversos, sendo-lhes atribuídos significados e valores sociais distintos.

Sandra Corazza, uma pesquisadora brasileira do tema, afirma que o sentido moderno de infância é um fato cultural (Corazza, 2000). Na modernidade, surge o sentido de infantilidade, caracterizando-se o tratamento da infância como fase de menor valor social quando comparada à juventude e à vida adulta, associada à sua condição de ser improdutivo. A atribuição de infantilidade à criança revela um juízo de valor negativo sobre a infância derivado do pensamento econômico: os mais novos são colocados em posição de menor *status* social que os mais velhos, não por necessitarem de suporte, ajuda e apoio social, mas sim porque exibem menos maturidade, autonomia, força, racionalidade e produtividade, valores que se tornam os mais prezados nas sociedades capitalistas modernas.

Desse modo, podemos caracterizar tais sociedades como sendo adultocêntricas, ou seja, organizadas de tal modo que os valores, atividades e significados adultos são tidos como mais importantes que os da infância. Por isso, em nossa sociedade, frequentemente, as vozes das crianças são silenciadas, já que supostamente “criança não sabe de nada”, deve “primeiro crescer para, depois, aparecer” e é comum ouvirmos as crianças expressarem o desejo de se tornarem rapidamente “gente grande”.

A Infância e a Família Brasileira: do Brasil Colônia aos Dias Atuais

De modo sintético e para fins didáticos, podemos afirmar que, no sistema familiar do Brasil colonial, as crianças representavam um elemento a mais a serviço do poder paterno. Quando comparadas aos filhos de mais idade, à esposa, à terra e aos escravos, as crianças pequenas eram consideradas o elo mais supérfluo e acessório da cadeia de poder patriarcal, exibidas nos espaços públicos tais como bens ou posses que contribuía para conferir autoridade aos homens. Já das mães recebiam atenção secundária, pois as mulheres fixavam-se mais em atender e servir ao marido que aos filhos.

Chamamos a atenção para o fato de que a situação das crianças das famílias das populações negras que foram escravizadas era bem diferente. Enquanto pequenas, eram tratadas pelos senhores de escravos tais como bichinhos de estimação, autorizadas a circular na casa grande, trançadas às pernas das escravas, fazendo gracinhas e truques, para divertir os membros da família senhorial. Contudo, na idade de 6 ou 7 anos, já eram consideradas aptas para o trabalho pesado, sendo levadas a atuar na própria casa grande ou no campo, com pouca diferença em relação aos adultos escravos.

Essa qualidade de relação familiar começou a se transformar com a chegada da família real portuguesa, que se mudou para o Rio de Janeiro no ano de 1808. Com ela, se trouxe da Europa o interesse pela ciência, as novas técnicas e mais dinheiro, ampliando a urbanização e promovendo mudanças de comportamento. Os médicos sanitaristas, pedagogos e cientistas, que passaram a habitar a Corte, realizaram fortes críticas a diversas características das famílias que viviam na colônia, como o distanciamento dos pais em relação aos filhos e a atribuição do cuidado da prole às escravas. Consideravam que estas condutas contribuía para a grande mortalidade e para o abandono das crianças. Assim, observa-se que as novas influências da ciência sobre o comportamento e a organização das famílias, junto a outros processos histórico-culturais mencionados a seguir, contribuíram para mudanças no seu interior, entre elas a moralização das relações familiares, cujos efeitos tiveram grande importância nos anos que se seguiram.

Ao longo dos séculos XIX e XX, nota-se uma progressiva e importante revolução na dinâmica familiar colonial brasileira, em decorrência de inúmeros fatores. A proclamação da república, as duas guerras mundiais, o advento do trabalho feminino, a universalização da educação escolar, o nascimento do sistema de educação superior e a crescente urbanização da vida brasileira devem ser considerados para que se bem compreenda a transformação das formas de vida familiar. Vamos comentar a seguir a importância de alguns desses fatores.

No decorrer dos séculos, o papel da mulher na família migrou da atenção e cuidado prioritariamente dedicados ao marido para o papel de cuidadora principal dos filhos, em especial, quando deixou de contar com a mão de obra escravizada no cuidado infantil. Enquanto as mães precisaram desenvolver outras habilidades no exercício da função parental, do pai passou a ser esperado que exercesse o papel de cônjuge de modo mais

horizontal e democrático, convertendo-se em figura afetiva e tutorial, em vez da mera autoridade patriarcal.

A Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888) simbolizaram momentos de ruptura e novidade nas relações inter-étnicas, no Brasil. No entanto, acabaram funcionando como fonte de novas formas de opressão social, ao passo que não foram acompanhadas por políticas de Estado que apoiassem a inserção laboral e que fornecessem apoio econômico a esse extenso grupo de pessoas que foram escravizadas. Esta população rapidamente passou a sofrer outras formas de aviltamento e exploração, indo ocupar, juntamente com indígenas urbanizados, imigrantes e aventureiros estrangeiros sem posses, a base da classe dos excluídos socioeconomicamente de nosso país, originando os primeiros bolsões de pobreza. Se, para as famílias de mais posses, as novas relações representaram desafios, muito maiores são as barreiras enfrentadas por famílias da classe trabalhadora, que contam com menos recursos e suporte para o funcionamento familiar, com impactos sobre as infâncias.



A escola também desempenhou importante papel no desenho da infância e adolescência modernas, em especial, com a consolidação do direito à educação como um direito fundamental da criança. No fim do século XVII, ocorreu na Europa o surgimento das primeiras escolas, que eram muito diferentes das atuais: funcionavam anexas às igrejas, onde frequentemente só havia uma sala na qual se reuniam alunos de diferentes idades. Com o tempo, as escolas e concepções sobre escolarização se alteraram, até chegar ao modo como estão hoje organizadas, em que se tende a perceber a escola como espaço de subjetividade e desenvolvimento integral, com funções que excedem em muito a transmissão da cultura coletiva e científica, entre elas a formação da cidadania e a proteção de crianças e adolescentes.

No século XIX, em particular, como efeito da Revolução Industrial, da urbanização, do desenvolvimento técnico-científico, da invenção da imprensa e das mudanças na organização do trabalho, a escolarização passou a deter importância crescente na nova organização da sociedade. O modo de produção fabril passou a exigir cada vez mais formação e especialização do trabalhador, o que elevou a importância da aprendizagem técnica e científica que se podia obter por meio da educação escolar (Ariès, 1978).

As escolas também serviram ao projeto de moralizar os jovens e controlar suas expectativas de futuro: em vez de permanecerem ociosos pela rua, em aventuras sexuais e no jogo, passaram a permanecer toda a adolescência e juventude na escola, que lhes provia uma direção de desenvolvimento coerente com o projeto de sociedade visado pelos novos capitalistas e reformadores cristãos.

Ainda hoje, estar dentro ou fora do sistema escolar é um fator de identidade, respeito e autoestima para os jovens, embora existam muitos

adolescentes e jovens fora da escola e do trabalho regular, conhecidos como "geração nem-nem". De acordo com a última "Síntese de Indicadores Sociais" (IBGE, 2017a), um em cada cinco adolescentes e jovens de 15 a 29 anos está nessa situação, o que corresponde a 11,6 milhões de pessoas. A grande maioria é de: jovens com filhos; com menor escolaridade; mulheres; negros ou pardos; e membros de famílias cuja renda *per capita* é de até meio salário mínimo.



Entre 2014 e 2016, período que corresponde ao agravamento da crise econômica no Brasil e consequente aumento do desemprego, o número desses adolescentes e jovens aumentou em todas as regiões do país. São os jovens os que mais sofrem com os efeitos da crise no mercado de trabalho em nosso país.

É preciso um cuidado ético ao empregarmos o termo "geração nem-nem", a fim de que não sirva para estigmatizar e rotular uma grande parte dos adolescentes brasileiros. Ou seja, esta expressão não deve ser utilizada de modo pejorativo. Segundo Barros (2018), a questão dos jovens que não estudam e nem trabalham é deveras



complexa e remete ao que nossa sociedade considera que eles deveriam estar fazendo neste momento de seu desenvolvimento: estudar e/ou trabalhar.

São inúmeros os aspectos que tem dificultado aos adolescentes e jovens de exercerem suas atividades escolares e laborais, como: não haver ocupação na sua localidade; não conseguir ocupação por ser considerado muito jovem; problemas de saúde; gravidez; não possuir experiência profissional ou qualificação; dentre outros (IBGE, 2017a). Destaca-se que as mulheres têm 1,7 vez mais chance que os homens de não estudar nem trabalhar. Em nosso país, muitas mulheres jovens ainda são excluídas do mercado de trabalho por conta de lhes serem atribuídas as tarefas de cuidados dos filhos ou de outros parentes e afazeres domésticos.

Ao longo deste Eixo, procuraremos discutir diversos destes aspectos, destacados enquanto as diversas vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos adolescentes brasileiros.

Entendemos que, ainda que a escola encontre problemas cada vez mais severos para cumprir suas funções, ela ainda representa uma forte referência de inclusão/exclusão social, sem contar com sua função de controle social. Não há política social que tenha êxito sem que considere a

necessidade do fortalecimento do sistema escolar e das condições de acesso e permanência na escola.

Nesta aula, vimos como a família brasileira se transformou ao longo dos séculos, considerando sua relação com as mudanças sociais, políticas e econômicas do país, assim como em sua relação com outras instâncias de educação e cuidados das crianças, a exemplo da escola.

Após esse histórico sobre a construção social da infância e da adolescência na família, queremos caminhar com você para o próximo assunto, no qual trataremos mais proximamente de perspectivas teóricas contemporâneas sobre a adolescência.

Diferentes Perspectivas sobre a Adolescência e a Contemporaneidade

Introdução

O que é a infância? O que é a adolescência?

Perguntas como estas têm guiado, há pelo menos um século, a reflexão teórica e a compreensão prática das gerações mais jovens pelas ciências humanas e sociais. No entanto, tal como buscamos aprofundar anteriormente, os diferentes significados, valores e costumes associados à infância e à adolescência apontam que:

- A adolescência é um fenômeno plural, sendo mais correto falar em termos de adolescências (também no plural);
- A adolescência mantém uma relação íntima com os demais fenômenos sociais em curso em dado momento histórico; e

- Os aspectos que definem a adolescência e o adolescente se transformam a cada época, como efeito do processo histórico da sociedade.



Considerar esses aspectos é importante quando trabalhamos com adolescentes e quando queremos tornar significativas nossas ações em diferentes contextos institucionais e na família. Por um lado, necessitamos entender que há muitos aspectos em comum entre os adolescentes brasileiros de hoje e os que vivem ou viveram em outros contextos socioculturais e históricos. Por outro lado, também é preciso compreender as particularidades que caracterizam os grupos de adolescentes que são objeto de nossas intervenções na atualidade e estar atentos (as) às suas experiências, sentimentos e fragilidades.

Na próxima seção, abordaremos alguns temas que envolvem o desenvolvimento integral de adolescentes e trataremos de alguns desafios que a contemporaneidade nos impõe, os quais nos exigem a busca constante de novas posturas e abordagens que deem consistência à nossa atuação profissional. Começemos por buscar compreender a inter-relação entre o desenvolvimento e a cultura.

Desenvolvimento Humano e a Cultura

Compreendemos o desenvolvimento humano como qualquer processo de mudança progressiva e sistêmica da pessoa, no tempo que ocorre com base nas interações estabelecidas com outras pessoas e com a realidade dentro de um contexto sociocultural particular. Consideramos o desenvolvimento humano um processo integral, ou seja, qualquer evento que altere uma dimensão da pessoa tende a transformá-la como um todo. Como efeito, quando uma pessoa se modifica à luz de uma experiência ou evento, é muito provável que o contexto no qual ela vive e se relaciona com outras pessoas também se altere, em alguma medida.

As principais dimensões consideradas para compreender o desenvolvimento humano são as neurológicas, cognitivas, emocionais, afetivas, comportamentais, sociais e políticas, entre outras. Alguns eventos irão promover mudanças em algumas dessas dimensões, apenas, outros eventos vão modificar profundamente a pessoa, implicando em novas identidades e modos de ver a si e ao mundo.

Consideramos como contexto, ou ambiente de desenvolvimento humano, os elementos externos à pessoa que servem de suporte para os processos de mudança. Reconhecemos, com isso, que o desenvolvimento humano não é um processo espontâneo ou natural, mas corresponde à ação adaptativa do organismo diante de um ou mais fatores interdependentes originários do contexto.

Assim temos:

Ambiente Físico	Ambiente Humano	Ambiente sócio-histórico-cultural
<ul style="list-style-type: none">• envolve espaços ambientais, sociais e instituições que abrigam as distintas formas de atividade da pessoa no mundo;	<ul style="list-style-type: none">• engloba as pessoas ou grupos que interferem direta ou indiretamente nas mudanças da pessoa (ex: membros da família; professores e colegas de escola; do time de futebol; atores do sistema socioeducativo; parceiros de criminalidade; entre outros);	<ul style="list-style-type: none">• envolve o conjunto de crenças, valores e hábitos de um grupo que afeta todas as concepções e práticas de promoção do desenvolvimento, em dado momento do processo histórico de uma sociedade.

Sob a influência dessas dimensões interdependentes do contexto, o sujeito constrói uma trama de significados sobre si e para si, que se organizam no espaço (ver ambientes acima referidos) e no tempo, sendo, portanto, altamente dinâmicos. Esta trama é única para cada sujeito.

Assim, defendemos que o desenvolvimento humano não toma um único curso. Admite-se, hoje, que os processos de desenvolvimento da pessoa sigam variadas trajetórias probabilísticas, guiadas por experiências distintas e singulares, vivenciadas em contextos específicos e na interação com pessoas e grupos particulares. A interação desses fatores entre si contribui para levar a pessoa ao delineamento de um curso de vida em constante reconstrução. Portanto, defendemos que, no âmbito de novos campos de experiências, sob novas influências sociais, sempre há alguma possibilidade de se reorientar uma trajetória de desenvolvimento e adotar outra.



Na ciência do desenvolvimento humano, na atualidade, a noção de trajetórias de desenvolvimento substitui a ideia de estágios fixos, que predominou nas teorias do desenvolvimento tradicionais. De acordo com o paradigma dos estágios, hoje problematizado, todos os seres humanos, a cada idade, apresentam características comuns e passam por processos de mudança semelhantes, previsíveis.

De acordo com essa nova abordagem, cuja unidade de análise do desenvolvimento são as trajetórias únicas, a compreensão do desenvolvimento humano não passa apenas por regularidades universais e aponta para fenômenos sempre parcialmente indeterminados, imprevisíveis e incontroláveis.

Vejamos a seguir como esta nova abordagem favorece novas compreensões sobre as adolescências.

Os Diversos Modos de Compreender a Adolescência

O conceito de adolescência é complexo e pode ser abordado segundo diferentes enfoques e dimensões, sendo que nenhuma delas é capaz de esgotar a compreensão desse fenômeno.

No Brasil, a adolescência, de acordo com os critérios adotados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o período da vida que vai dos 12 aos 18 anos incompletos. Já para a Organização Mundial de Saúde (OMS), existe a divisão em 3 fases: a adolescência inicial ou pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos), a adolescência (15 aos 19 anos incompletos) e a juventude (15 aos 24 anos).

Os critérios etários e cronológicos, como adotados por ECA e OMS, embora insuficientes para se compreender a integralidade da adolescência, são importantes para subsidiar várias ações sociais e decisões legais em favor dos direitos dos adolescentes. A nossa sociedade tem vários exemplos de legislações e ações balizadas por critérios etários, como:

- O Estatuto da Juventude, que considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos;
- O Estatuto do Idoso, que define idosa a pessoa maior de 60 anos de idade;
- O voto facultativo para os adolescentes entre 16 a 18 anos e para os idosos acima de 70 anos;
- O trabalho na condição de aprendiz e com contrato de aprendizagem para os adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos;
- A configuração de crime de estupro de vulnerável para as práticas sexuais de adultos com adolescentes com idade igual ou menor a 14 anos; e

- A Classificação Indicativa de um produto cultural (ex: filmes, jogos, etc.) como "inadequado para menores de 18 anos".



Temos clareza de que a correspondência entre idades cronológicas e processos humanos não é natural, mas é construída em um complexo processo histórico que, apoiado em critérios intelectuais e sociais de uma dada cultura, cria consensos que são progressivamente incorporados a crenças, valores e normas. De todo modo, a superposição de idades e a ambiguidade das fronteiras simbólicas entre a adolescência e a juventude denotam a dificuldade de se estabelecer esses limites com clareza nas sociedades atuais, que não contam com critérios consensuais de desenvolvimento, tais como nas culturas antigas.

Chamamos de critérios sociais aqueles que vão sendo incorporados pelas regras sociais e históricas de uma sociedade, podendo variar de uma época para outra. Por exemplo, na geração de nossos avós, frequentemente, uma pessoa de 15 anos era considerada madura e pronta para trabalhar, casar, procriar. Hoje, esse critério não mais prevalece. Embora ainda ocorram casamentos e, especialmente, mães e pais adolescentes nessa faixa de idade, isso não costuma ser considerado um evento desejável pela atual sociedade.

Em muitas culturas arcaicas, e em algumas delas até os dias atuais, a transição simbólica da infância à vida adulta se dava de modo direto, por meio de rituais a que todos estavam sujeitos na devida idade. Ritos de passagem envolviam todos na comunidade e marcavam essa transição, caracterizada pela "morte" simbólica da criança seguida do nascimento social do adulto. Conforme o grupo considerado, essa passagem ritualística podia envolver provas de força e virilidade, superação e resistência a humilhações. A despeito da idade cronológica adotada por um grupo específico, após esta celebração, o (a) jovem iniciado (a) passava a ser considerado um (a) adulto (a), apto (a) para o trabalho, o casamento, a procriação e para a participação política na comunidade.



Podemos defender que, nas sociedades urbanas industrializadas, os ritos de passagem se diversificaram e ganharam novos contornos. Rituais específicos e únicos foram substituídos por vários marcadores simbólicos de autonomia e de desenvolvimento que, somados, contribuem para a mudança de autoimagem e de *status* social pelos mais jovens, inserindo-os

em autoimagens mais adultizadas e alvo de reconhecimento social como jovens. São alguns exemplos desses marcadores em nossa sociedade: obter a chave de casa; terminar o ensino fundamental; debutar; frequentar eventos noturnos; experimentar bebidas alcoólicas ou drogas; viver as primeiras experiências no campo da sexualidade; tirar a licença de motorista; alistar-se no exército; alcançar o primeiro emprego; sair de casa para morar fora; casar; realizar façanhas que envolvam comportamentos que transgridam limites sociais; entrar na universidade; etc. Todos esses são exemplos de experiências culturais que evidenciam uma transição de desenvolvimento em andamento. Somadas, elas afastam a pessoa da condição infantil e aproximam-na do *status* social adulto.



É interessante notar que, quanto mais complexas e heterogêneas as sociedades, mais elementos temos que considerar, a fim de compreender um fenômeno social, como a adolescência.

Assim, se queremos decifrar as experiências adolescentes nas complexas sociedades contemporâneas, são várias as especificidades a serem ponderadas, como: contexto socioeconômico, exigências sociais, urbanização, expectativas de vida, exigência de formação acadêmica e profissional, figuras de identificação, dentre outros.

É importante considerar as atuais mudanças de perfil de idade quanto à transição para a vida adulta, ainda que esse fenômeno atinja diferentemente as distintas classes sociais. Esse alongamento da adolescência é potencializado por inúmeros fatores, destacando-se a maior expectativa de vida e as exigências ampliadas de formação acadêmica e profissional.

Outro aspecto digno de nota, para bem compreendermos a complexidade da adolescência e da juventude enquanto momento crítico na construção da identidade da pessoa, é a ausência de parâmetros claros em termos de valores ético-morais. A existência de estruturas sociais fortes e de figuras de identificação autênticas é fundamental para a constituição dos valores pessoais e a formação do caráter dos jovens. Na atualidade, as estruturas sociais cada vez mais fluidas e inconstantes inibem as boas fontes de referência social e comprometem a base de sua formação pessoal.

Além dos critérios cronológicos e dos critérios sociais, a adolescência também pode ser vista como uma fase típica do desenvolvimento humano, marcada por características e conquistas compartilhadas por todos os adolescentes, no plano psicológico, social e cultural. As próprias pesquisas científicas sobre a adolescência, ao longo de todo o século XX, tenderam a buscar regularidades e aspectos comuns entre os adolescentes. Um representante bastante conhecido dessa tendência é biólogo suíço Jean Piaget, que realizou importantes pesquisas sobre o desenvolvimento do pensamento hipotético-dedutivo na adolescência. Outro exemplo relevante para essa visão se refere às ideias dos psicanalistas argentinos Mauricio Knobel e Arminda Aberastury, sistematizadas no conceito de "síndrome da adolescência normal"; além dos conceitos de "crise de identidade" e de "tarefas de desenvolvimento", aprimorados pelas pesquisas de Erik Erikson.

Apesar de reconhecermos o valor de cada um dos diferentes modos de compreender a adolescência apresentados anteriormente, permanece neles

a ideia de uma evolução considerada "normal", universal e esperada na vivência da adolescência. No entanto, se desejamos compreender como atuar junto às múltiplas adolescências brasileiras, em suas diversas realidades sociais e culturais e estilos de vida, precisamos questionar, de modo profundo, essa visão limitada sobre a adolescência.

Embora relevante para orientar as famílias e os profissionais na compreensão do adolescente, essa busca do que é "normal" para um adolescente leva, muitas vezes, a que outros comportamentos, atitudes e ritmos de desenvolvimento que divergem dessa suposta norma sejam considerados como um "problema". Assim sendo, é muito importante que nós, profissionais, critiquemos esses mitos e estereótipos sobre os nossos adolescentes.

Lamentavelmente, muitas dessas leituras estão fortemente estabelecidas na sociedade brasileira e se reproduzem na família, na escola, na mídia, minimizando o papel da cultura e da sociedade nas vivências dos adolescentes.



Em uma perspectiva sociocultural, adotada por nós, preferimos falar, portanto, de adolescências, no plural, pois a experiência de ser adolescente varia de acordo com o modo como são estabelecidas as relações sociais, em diversos contextos: familiares, escolares, comunitários, etc.

De todos os fatores e dimensões que afetam o desenvolvimento humano, os fatores sócio-histórico-culturais são os mais importantes a serem tratados quando abordamos o desenvolvimento do adolescente. Ou seja, consideramos que o nicho cultural determina de modo íntimo as demais dimensões do ambiente e suas relações. Entende-se pelo termo, a parte do ambiente humano e social que é considerado mais relevante para as formas de vida dos membros de uma cultura em diferentes estágios da vida: enquanto a casa e a creche são ambientes importantes do nicho cultural de um bebê, a escola, a rua e, recentemente, as redes sociais são mais importantes quando consideramos os jovens.

Cada contexto sociocultural tem uma pauta de expectativas e representações sobre os adolescentes e a adolescência, que determina, implícita ou explicitamente, papéis sociais e comportamentos, apoiando-se em aspectos fisiológicos, sexuais, afetivos, sociais, políticos e institucionais. Nas sociedades marcadas por ampla diversidade socioeconômica e por valores sociais que sustentam formas veladas de preconceito e discriminação, via de regra, as pautas são diferentes, conforme a origem étnico-racial ou de classe social do jovem, levando a contradições e conflitos entre este e a sociedade.

As relações entre a sociedade e o adolescente podem ser contraditórias, também, quando ela se furta a estabelecer com os mais jovens, relações horizontais, pautadas na ética e na solidariedade. Como efeito, seus comportamentos evidenciam uma relação de mão dupla, que, às vezes, reflete e, em outras, desafia o lugar social que lhes é imposto pelo mundo adulto. Observe alguns exemplos em que conflitos podem emergir:

A sociedade espera maturidade do adolescente e do jovem, mas, muitas vezes, não lhes oferece condições para seu pleno desenvolvimento educacional, profissional e social, ou seja, condições que fundamentem

comportamentos valorizados e esperados socialmente. Isso se exemplifica pelo número de adolescentes fora da escola e do sistema produtivo, quando faltam modos de inserção social para a nossa juventude.

Há vezes em que programas sociais orientados para a adolescência são criados sem que os próprios adolescentes sejam ouvidos. A sociedade atribui uma "infantilidade social" ao adolescente que dificulta a sua participação quando se trata de definir ações sociais e políticas que lhes dizem respeito. Além disso, as contradições que cercam o lugar da juventude em nossa sociedade são reveladoras de um processo político, do qual necessitamos ter consciência: a negação ou invisibilização do lugar social do adolescente e do jovem. Muitas ações e programas desprezam a multiplicidade de formas assumidas pelas identidades juvenis.



Quadrinho de Vinícius Savron.

Disponível em: <http://porvir.org/especiais/participacao/>

Vinicius Savron é designer e ilustrador. Tem atuado no jornalismo em quadrinho, *graphic novels*, em agências de comunicação e em produções teatrais e audiovisuais.

Quando são abordadas as características culturais de uma sociedade, raramente são incluídos os produtos da cultura juvenil de uma geração. Em alguma medida, podemos considerar a estética dos agrupamentos de adolescentes e jovens (colorida, com ornamentos e penteados exóticos) e os comportamentos de risco (envolvendo drogas, esportes radicais e outras atividades) como formas excêntricas ou extremas de expressar sua condição social e subjetiva, muitas vezes, esmaecida pelo mundo adulto.

Segundo Araújo e Lopes de Oliveira (2010), dentre os muitos estereótipos relacionados ao adolescente em nossa sociedade, predominam aqueles que são negativos. Tais características negativas frequentemente atribuídas à adolescência contribuem para que os adolescentes sejam mantidos em posição marginal na nossa sociedade. Em outras palavras, as representações sociais sobre um fenômeno (no caso, a adolescência) não são neutras; são espelhos de ideologias dominantes e são veículos de controle social. É importante que tenhamos clareza disso! Diante de uma suposta ameaça representada pela força, criatividade e contestação de adolescentes e jovens, a resposta social, muitas vezes, tem sido a de promover sua marginalização. E, junto com ela, marginalizam-se todas as formas de produção cultural juvenil, a exemplo da arte de rua, da música e dos ritmos produzidos e apropriados por eles.



Capa da Revista Isto é, número 2.226, de 11 de julho de 2012. Imagem extraída de: <https://istoe.com.br/edicoes/page/12/>



Fonte da imagem: NUTE-UFSC (2016). Disponível em:

<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201703/20170317-141819-002/pagina-03.html>



Que tal conhecer algumas produções culturais juvenis bem interessantes, que contribuem na discussão das condições concretas vivenciadas por adolescentes em suas escolas?

Um interessante exemplo é o Projeto Mapa Gentil, projeto cultural de arte e educação do Distrito Federal, que utiliza diversas linguagens artísticas (ex: grafite, estêncil, pintura, poesia, jogos e intervenções urbanas) para estimular reflexões sobre a sociedade e as relações humanas. As obras são desenvolvidas por meio de oficinas das quais participam escolas parceiras, comunidades e artistas convidados. Existem mais de 240 obras, desenvolvidas desde 2012, instaladas em céu aberto em diversas cidades. As intervenções urbanas desenvolvidas no projeto promovem o questionamento de problemas sociais e a cidadania por meio do humor, da ironia, do estranhamento e do humor.

Veja abaixo alguns exemplos das ações produzidas no contexto do Projeto:

(Imagens disponíveis no sítio eletrônico do Projeto: <http://mapagentil.com.br/o-mapa-2>)



Saiba Mais

Para conhecer mais sobre o Projeto

Mapa Gentil:

<http://mapagentil.com.br/o-mapa-2>

https://www.youtube.com/watch?time_continue=14&v=sIYOdlz83YM



Outro exemplo é a paquistanesa Malala Yousafzai, que, com 17 anos, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 2014, em virtude da sua luta a favor do direito à educação de meninas e mulheres. Malala é considerada uma das pessoas mais influentes do mundo. Com 11 anos, Malala já defendia o direito das meninas de frequentar a escola em seu *blog*, chamado "Diário de uma Estudante Paquistanesa". Sob um pseudônimo, Malala narrava sua paixão pelos estudos e as dificuldades da educação feminina sob o regime Talibã. Em 2012, quando voltava de ônibus da escola, a adolescente foi perseguida e atingida com tiros na cabeça pelo Talibã.

Após se recuperar do atentado, Malala lançou sua autobiografia, na qual narra sua história de luta pelo direito das meninas de ir à escola, e criou uma organização sem fins lucrativos destinada a ofertar apoio educacional a meninas de todo o mundo. Seu discurso na Assembleia da Juventude na Organização das Nações Unidas, em 2013, no dia em que comemorava 16 anos, é fonte de inspiração para muitos educadores em todo o mundo: "Nossos livros e canetas são as armas mais poderosas. Uma criança, um

professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo. Educação é a única solução”.

A adolescente Malala Yousafzai discursa na ONU



Fonte da imagem:

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/saiba-quem-e-malala-yousafzai-paquistanesa-que-desafiou-os-talibas.html>



Para conhecer mais:

- LAMB, C., & YOUSAFZAI, M. (2013). *Eu sou Malala: A história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. São Paulo: Companhia das Letras.
- <https://www.malala.org/>
- https://www.youtube.com/watch?v=aIUvH5b0A_8
<http://historico.blogdacompanhia.com.br/2014/12/discorso-de-malala-yousafzai-no-premio-nobel-da-paz/>
- <https://www.youtube.com/watch?v=A6SD8vph8-8>

Apesar destes interessantes exemplos das relevantes contribuições que adolescentes ofertam para nossa sociedade, a adolescência ainda é objeto de representações prioritariamente negativas e concepções ambíguas no contexto contemporâneo. Ressaltam-se nos adolescentes aspectos como a

instabilidade emocional, a postura desafiadora, o imediatismo e a tendência à ação irrefletida. Por conta dos estereótipos, existe uma tendência a desconsiderar a presença em nossa sociedade de grande número de adolescentes que trabalham, têm participação comunitária ativa, criam e mantêm relações familiares e sociais respeitadas, contribuem para transformar positivamente nosso mundo.

Embora o adolescente seja socialmente desvalorizado, a adolescência parece guardar a fórmula de um ideal de corpo, de comportamentos e valores muito prezados por diferentes grupos etários: tanto há crianças que querem ter a infância encurtada, para que se convertam o mais rapidamente em pré-adolescentes, como existem adultos que se esforçam para retardar o envelhecimento, buscando ativamente manter um corpo e uma imagem artificialmente próxima dos padrões de beleza, virilidade e vigor que são típicos dos primeiros anos da juventude.



O adolescente se constitui, como tal, de modo interdependente do contexto social, cultural e histórico, a partir da sua participação em sistemas concretos de atividades sociais (ex: a escola), mediadas por instrumentos materiais e simbólicos (ex: valores, crenças, regras sociais). Esse contexto oferece, ao mesmo tempo, possibilidades e limites, encaminhando o desenvolvimento do adolescente a direções mais prováveis do que outras, ao longo do tempo.

Assim, defendemos que é a partir das relações que os adolescentes estabelecem com o meio sociocultural e com outros membros da sociedade

que os seus processos de desenvolvimento são co-construídos. Por exemplo, no meio escolar, é a partir das interações professores-estudantes que os processos adolescentes podem ser desqualificados, dificultando o desenvolvimento da autonomia juvenil, ou podem, por outro lado, ser valorizados, colaborando para a construção de um posicionamento mais crítico do adolescente diante das contradições sociais.

Após tratarmos do desenvolvimento na adolescência, passamos para outro tema bastante importante para a formação profissional de quem atua junto a adolescentes: a família. No próximo tópico, procuramos dialogar com você sobre as novas configurações familiares na sociedade contemporânea. Vamos lá?

Novos Contornos da Família na Sociedade Contemporânea

Ao longo do século XX, houve uma grande transformação da sociedade brasileira e, com ela, também as famílias foram se transformando de modo cada vez mais acelerado. Dentre os inúmeros fatores que têm afetado intimamente as famílias, podemos destacar:

- As mudanças de valores sociais que contribuem para o crescimento do individualismo e da competição. Muitas vezes, estes valores inibem as redes de solidariedade social, contribuindo para transformar a família em uma célula isolada, privada de apoio comunitário;
- O aumento expressivo da expectativa de vida no último século, implicando em responsabilidades ampliadas para com os idosos. Muitos idosos passaram a representar uma fonte essencial de renda para muitas famílias, através de suas aposentadorias, e assumiram o cuidado dos netos no cotidiano;

- As mudanças nas relações de trabalho, que levam a salários menores e à exigência de maior dedicação do trabalhador, muitas vezes colaborando para a dissolução da fronteira entre trabalho e ambiente doméstico. A mediação das novas tecnologias de comunicação e informação tem levado a que se trabalhe mais tempo (em casa, à noite, nos fins de semana), privando a pessoa e a sua família do tempo para o lazer e atividades compartilhadas.

Nos dias atuais, inúmeros outros fatores, ainda, afetam o modo como as famílias se organizam e desenvolvem os vínculos entre seus membros, como a queda da taxa de fecundidade, o aumento de recasamentos, o aumento da escolaridade das mulheres e a maior participação da mulher no mercado de trabalho. Diante desse cenário em constante transformação, fica a pergunta: A quais funções sociais a família responde na sociedade contemporânea?

Como material motivador das discussões que se seguem à pergunta acima, convidamos você a realizar a atividade de estudo a seguir.

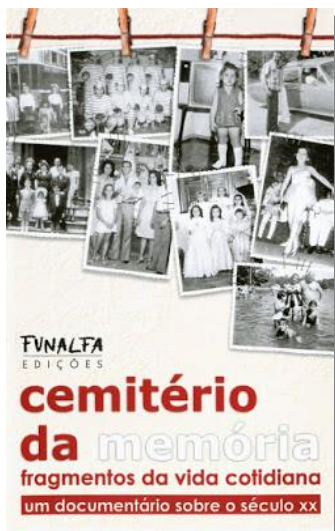
Atividade de Estudo



Atividade de estudo 2- Análise sobre as funções sociais das famílias contemporâneas

1. Assista ao vídeo “Cemitério da Memória- Fragmentos da Vida Cotidiana”, de Marcos Pimentel (2003). Este documentário apresenta as transformações que se deram nas atividades realizadas em família, no lazer, nas comemorações festivas, nas formas de registro da

memória familiar e indica alguns fatores socioeconômicos, históricos e culturais que têm afetado intimamente as famílias.



Cemitério da Memória- Fragmentos da Vida Cotidiana

- Gênero: Documentário. Ano: 2003. Duração: 10 minutos. Local de Produção: MG/Brasil.
- Disponível em:
http://portacurtas.org.br/filme/?name=cemiterio_da_memoriafragmentos_da_vida_cotidiana

Caso você tenha dificuldade em acessar ao filme diretamente no *link* acima, sugerimos abrir uma nova janela no seu computador e buscar o filme pelo nome dentro do portal <http://portacurtas.org.br/>

2. As configurações e dinâmicas familiares se transformam de acordo com o desenvolvimento de um grupo inserido em um dado contexto sociocultural e de acordo com o desenvolvimento dos seus integrantes. Partindo desta afirmação, reflita procure responder à pergunta junto aos seus colegas cursistas no Fórum de Debate:

A quais funções sociais responde a família na sociedade contemporânea?

Após ter respondido à questão da atividade de estudo 2 e participado do Fórum de Debate, leia o texto que vem a seguir.

A Diversidade de Arranjos e Dinâmicas das Famílias Contemporâneas

Não há uma única definição de família que seja objeto de consenso entre os estudiosos. Veja algumas definições encontradas:

A família é a primeira sociedade natural e íntima, cuja função primordial é propiciar a construção do ser e a realização da personalidade de cada um de seus integrantes;

A família é a estrutura básica permanente da experiência humana;

A família é onde a criança tem os primeiros contatos com o mundo e na qual constitui as primeiras formas de compreensão da realidade;

A família constitui um sistema semiaberto, necessariamente permeável às influências do ambiente externo, sendo também afetado pelos fatores sociais que caracterizam o contexto extrafamiliar, em dado momento da história de um grupamento social.

Compreendemos que o desenvolvimento da pessoa, em especial nos primeiros momentos do curso de vida, tem relação com o lugar ocupado por ela na família assim como os processos culturais mediados pelas atividades e significados que circulam no ambiente familiar. Entendemos que a família é um sistema complexo, composto por subsistemas integrados e interdependentes, que estabelece uma relação bidirecional e de mútua influência com o contexto sócio-histórico-cultural, no qual está inserida (Dessen e Braz, 2005).

Na atualidade, a consanguinidade e os laços biológicos têm sido cada vez mais substituídos por laços sócio afetivos na definição da unidade constitutiva da família.

Quando olhamos ao nosso redor, podemos perceber que estamos em meio a transformações importantes no interior das famílias e nas relações socioafetivas, transformações estas que afetam a intimidade das famílias. A maior expectativa de vida e melhor situação de saúde dos idosos, em alguns casos, comprometem as famílias no cuidado dos mais velhos; em outros, podem converter avós em cuidadores dos netos, enquanto os pais trabalham, e, até mesmo, em principais provedores materiais das famílias com a renda da aposentadoria, diante do desemprego dos demais membros da família.

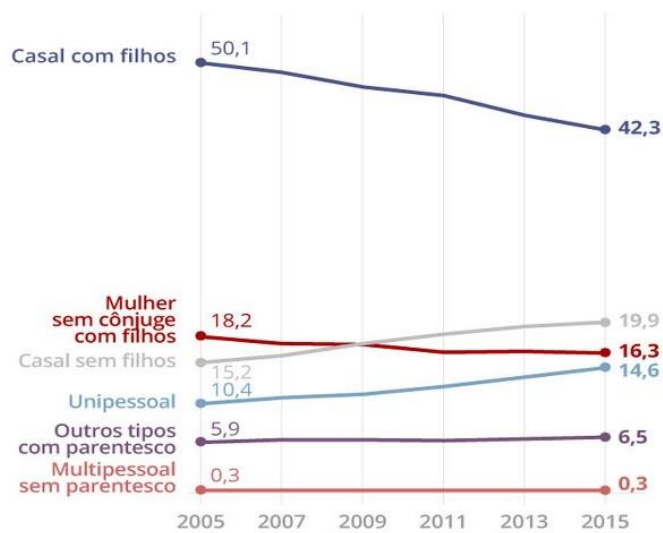
Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD de 2015 (IBGE, 2016) e a PNAD contínua, divulgada pelo IBGE em abril de 2017, revelam importantes mudanças e sinalizam para tendências nas configurações familiares de nosso país.

Em dez anos, o arranjo da família mudou nos lares brasileiros, caindo de 50,1% em 2005 para 42,3% em 2015. O número de famílias chefiadas por homens tem caído e crescem os arranjos familiares de casais sem filhos (19,9%) e pessoas que residem sozinhas (14,6%).

Os tipos de família no Brasil

Percentual de mães solteiras (mulher sem cônjuge com filhos) caiu; arranjos de pessoas morando sozinhas (unipessoal) e de casais sem filhos aumentaram

em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 11/05/2017





FAMÍLIAS

16,3% das famílias
são resultado de recasamentos

2,5 milhões de enteados moram
com padrastos e madrastas

36,4% dos casais não oficializaram
a união nem no civil nem no religioso

3,1% da população
brasileira é divorciada

881 mil lares têm homens
vivendo com filhos, sem cônjuge

Fonte:

Reportagem de Clara Velasco, Portal G1 de notícias, de 14/05/2017. “Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras”.

Acesso em 05/03/19. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>

Fonte: Reportagem “O retrato da nova família”, por

Tamara Menezes, em 19/10/12. Acesso em

05/03/19. Disponível em:

https://istoe.com.br/247220_O+RETRATO+DA+NOVA+FAMILIA/

As famílias brasileiras são cada vez mais chefiadas por mulheres, com cônjuge e sem cônjuge. As mulheres se declaram responsáveis pelo lar em

quase 30% de lares brasileiros. Em 10 anos, cresceu o número de famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos, morando ou não com outros parentes: 11,6 milhões de famílias brasileiras possuem este arranjo.

Mesmo quando trabalham fora, muitas mulheres assumem as tarefas domésticas e tarefas de cuidado dos familiares, sejam os filhos, o cônjuge e/ou idosos. Mais até do que o homem desempregado. As mulheres trabalhadoras dedicam 18,1 horas semanais a estas tarefas e os homens desempregados ou inativos dedicam apenas 12 horas por semana a essas atividades. Estes dados sinalizam que, ainda hoje em dia, existem grandes desigualdades entre homens e mulheres nas dinâmicas das famílias brasileiras.

Para a Política Nacional de Assistência Social, considera-se família todo grupo de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade.



Entendemos, na perspectiva sociocultural, que é possível encontrar dinâmicas familiares protetoras e educadoras, independentemente da situação econômica familiar ou do arranjo de seus membros.

A Família se Desenvolve junto com seus Integrantes

No curso de vida de seus integrantes, a família sofre transformações em sua organização. Compreender essas transformações ajuda-nos a reconhecer as especificidades da organização familiar e a trabalhar com as famílias.

Alguns processos de mudança em um ciclo de desenvolvimento familiar são considerados normativos, outros são não-normativos. As mudanças não-normativas envolvem eventos que ocorrem em algumas famílias, mas não em todas. Alguns exemplos são: a perda de emprego por um dos cônjuges; a necessidade de mudança repentina de cidade; uma crise financeira que afeta diretamente a família; a ocorrência de divórcio; a morte prematura de algum dos membros como vítima de violência, dentre outros. Esse tipo de eventos, imprevisíveis, inesperados e que podem gerar dificuldades profundas, exigem grande resistência emocional dos integrantes para manter o sistema familiar coeso.

Já as mudanças normativas envolvem praticamente todas as famílias de uma mesma cultura, que nem sempre as vivenciam de modo semelhante: nascimentos, mortes dos mais velhos, entrada dos filhos na escola ou na puberdade.

Por exemplo, o nascimento do primeiro filho é considerado um grande evento na dinâmica de vida dos genitores, que altera de modo importante o sistema familiar, levando os pais à necessidade de se organizar e ajustar. Quando os filhos são pequenos, a família deve contar com equipamentos sociais (tais como berçários e creches), e/ou com redes sociais de apoio ao cuidado das crianças, entre os quais os avós, vizinhos ou amigos. Quando a família não conta com qualquer suporte na criação dos filhos, as pressões

sobre os genitores se intensificam, tornando-se fontes de conflitos que podem comprometer os afetos e levar à fragilização dos vínculos familiares.

A entrada dos filhos na escola também se mostra crítica, expondo particularidades, que vão desde o acesso aos equipamentos escolares (escolas distantes ou a inexistência de escolas na comunidade), até questões culturais associadas ao déficit educacional dos pais e aos limites destes últimos em dar apoio ao processo de escolarização dos filhos. Os agravos aos direitos de crianças e adolescentes no contexto das escolas, como nos casos de *bullying*, de preconceitos e outras violências que acontecem no contexto escolar, também são questões a serem consideradas.



Quando os filhos se tornam adolescentes, período que costuma coincidir com a meia-idade dos pais, novas demandas e problemas emergem, que também levam ao desenvolvimento familiar. A maior liberdade requerida pelos filhos, a necessidade de se diferenciar dos pais, de adquirir autonomia,

o "viver a rua" e a vida pública podem se converter em fontes de problemas, especialmente quando a tais eventos se associam o uso abusivo de álcool e o consumo de drogas, por exemplo.

Assim também ocorre quando os filhos ingressam no trabalho ou saem da casa dos pais. Estes momentos podem ser vividos por esses últimos, por um lado, como fonte de vazio existencial e/ou como catalisadores de dificuldades financeiras (em contextos em que os filhos mais velhos trabalham ou cuidam dos mais novos para os pais trabalharem). Por outro lado, estas ocasiões também podem ser vividas pelos pais como momento de conquista de maior autonomia e liberdade no ciclo de desenvolvimento familiar, para os pais que podem usufruir da tranquilidade da meia idade em novos projetos e alternativas de vida.

Desafios da Família na Contemporaneidade

Vivemos, na atualidade, uma profunda transformação das relações socioafetivas e, como efeito, da própria família. As mudanças socioeconômicas e culturais em curso, desde a segunda metade do século XX, afetam o interior das famílias e geram alterações importantes.

As sociedades urbanas atuais, organizadas em torno do consumo, nas quais o trabalho constitui o principal meio de acesso aos produtos de consumo, exigem dos trabalhadores uma parcela enorme de comprometimento e, em contrapartida, lhes oferece muito pouco. O foco principal da atenção de homens e mulheres trabalhadores (as) passa a ser sua manutenção na própria órbita do capitalismo, envolvendo preocupações

em não perder o emprego e em manter inalterada a capacidade de consumo, por exemplo.

A instabilidade econômica pode converter-se em instabilidade emocional, levando os sujeitos a um estado contínuo de vulnerabilidade psíquica, traduzida em ansiedade, ambiguidade e incerteza. Nesse contexto, quanto mais agudas as dificuldades econômicas vivenciadas pela família, maior é sua fragilidade em cumprir os complexos papéis que lhe são exigidos. Em muitos casos, diante das graves privações socioeconômicas a que estão expostas, as famílias necessitam contar com o Estado, ou seus representantes, para apoiar suas funções essenciais, tais como a educação, a saúde, a alimentação e a segurança da prole.

A condição de pobreza se caracteriza pelo estado, temporário ou permanente, em que um segmento dos cidadãos está privado do acesso a recursos tais como água, saúde, educação, alimentação, moradia e cidadania, permanecendo excluído, em graus diferenciados, do direito à riqueza social. Considera-se papel do Estado atuar para compensar a situação de vulnerabilidade em que se encontram os membros das famílias pobres, por meio de ações e programas significativos. Nas últimas décadas, os principais programas na área têm se caracterizado pela transferência de renda, de modo a garantir a todos os segmentos sociais o acesso a uma renda mínima.

Entendemos que a família ocupa o centro do processo de reprodução social e, como tal, constitui um lugar decisivo quando se trata de intervir em realidades sociais indesejáveis, como a pobreza e o baixo capital humano. Por outro lado, quando excluída do acesso aos bens socioeconômicos e culturais mais básicos, a família encontra dificuldades para cumprir, até mesmo, a parte essencial que lhe toca na formação de vínculos, da identidade, e na proteção dos filhos crianças e adolescentes.

Há estudos que evidenciam que os programas que contribuem efetivamente para o fortalecimento da família mostram-se mais eficazes para a proteção da infância e da adolescência do que aqueles que se dirigem exclusivamente ao segmento infanto-juvenil. A fim de se reduzir a pobreza e as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos adolescentes brasileiros, são necessárias políticas que beneficiem os adultos responsáveis pelos cuidados dessa população, especialmente políticas focadas nas mães, na população negra e nas regiões Norte e Nordeste (UNICEF. 2018).

Durante décadas, no passado, a ação do Estado no campo da proteção às famílias pobres caracterizou-se menos pela proatividade que pela reação à insegurança social, sendo fortemente marcada pela filantropia e pelo paternalismo. A relação histórica do Estado brasileiro com essas famílias era fundamentalmente de natureza assistencialista, tutelar e culpabilizante.

Considera-se que uma ação ou política é assistencialista quando, a título de assistência social, o Estado atua de uma forma pontual, descontínua e dotada de pouco impacto na realidade social, contribuindo para a reprodução do *status quo* e falhando na tarefa de agregar dignidade à existência dos assistidos.

A relação tutelar entre o Estado e a população ocorre quando esta é infantilizada e destituída de sua autonomia como unidade de vida humana, tendo sua liberdade cerceada, seu destino arbitrariamente decidido e quando lhe é negada a possibilidade de sua ação transformadora da realidade social.

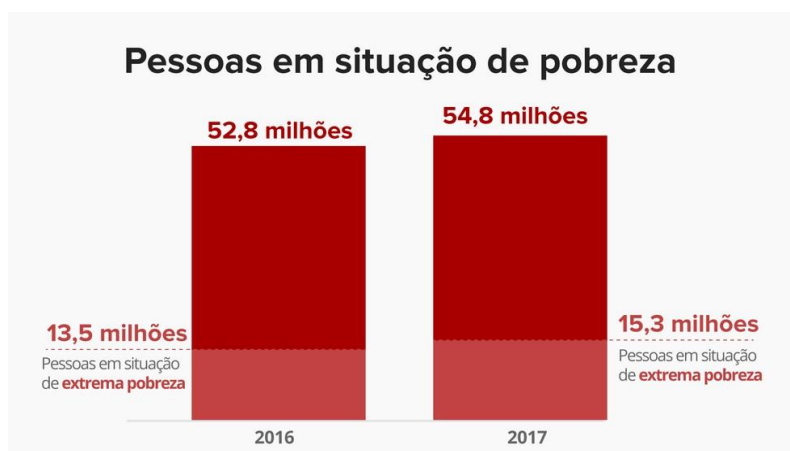
A culpabilização traduz-se no quadro em que as ações de governo, em vez de promoverem cidadania, caracterizam-se por instituir entre os pais grande carga de culpa por suas dificuldades em cumprir as funções que lhes cabem, particularmente as de cuidado e educação. No passado, esse aspecto foi determinante para que muitas famílias optassem por entregar os

próprios filhos aos cuidados de abrigos e unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), movidas pela crença de que aos cuidados do Estado teriam melhores condições de desenvolvimento social.

As mudanças sociais que marcam a sociedade brasileira a partir do movimento de redemocratização, na década de 1980, culminaram com a institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos da família, da infância e da adolescência. Com isso, a relação entre o Estado, a sociedade e as famílias vem se alterando profundamente

Nas últimas décadas, verificou-se a melhoria efetiva das condições socioeconômicas das famílias brasileiras. Entretanto, observamos que os processos que atingem positivamente alguns estratos da sociedade (que se veem em posição de mais conforto e segurança), expõem outros estratos a uma situação de desigualdade ainda mais aguda, situação que tende a ser camuflada, ou naturalizada, quando se aponta a elevação das condições econômicas em todas as classes sociais da população brasileira.

26,5% da população total do Brasil vivencia a situação de pobreza e 4% está abaixo da linha de extrema pobreza, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, divulgada em dezembro de 2018. Além da pobreza, também se identificou que a desigualdade de renda em nosso país continua altíssima. Os 10% mais ricos chegam a receber 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres.

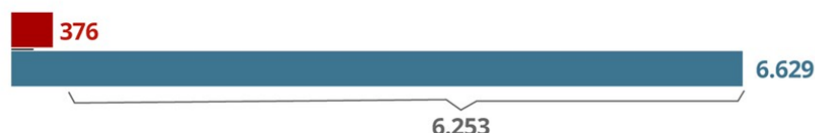


Rendimento médio per capita no Brasil

Diferença entre o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres em 2017

■ 40% mais pobres ■ 10% mais ricos

BRASIL (Valores em R\$)



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 04/12/2018

Fonte infográficas:

Juliane Monteiro, para o Portal de notícias G1. Reportagem “Em 1 ano, aumenta em quase 2 milhões número de brasileiros em situação de pobreza, diz IBGE”, por Daniel Silveira, para o Portal de notícias G1, em 05/12/2018.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/em-1-ano-aumenta-em-quase-2-milhoes-numero-de-brasileiros-em-situacao-de-pobreza-diz-ibge.ghtml>

Os últimos anos da economia brasileira foram caracterizados por intensa recessão econômica, crise do mercado de trabalho, aumento da informalidade e crescimento do desemprego. Além disso, existiram cortes de investimento nos programas de transferência de renda de políticas públicas de assistência social, voltados justamente para as classes mais pobres. Todas estas adversidades causaram graves consequências nas famílias brasileiras, aumentando inclusive a insegurança alimentar, o colocou o Brasil em risco de entrar novamente no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas

(ONU). Estes indicadores evidenciam o grave estado de desproteção social das famílias brasileiras, em especial as crianças, os adolescentes, as mulheres e negros.



Em 2017, houve um aumento de 4% na quantidade de brasileiros que enfrentam a condição de pobreza (um total de 54,8 milhões) e um aumento de 13% dos que vivem em extrema pobreza (15,3 milhões de brasileiros).

A continuidade de programas sociais de fortalecimento das famílias, afinados com a redução da condição de exclusão social e a garantia de renda, contribui para induzir mudanças sociais mais duradouras, que já se tornam, inclusive, objeto da atenção internacional.

Além de um conjunto de iniciativas relevantes exercidas a partir de organizações da sociedade civil, que excederia o espaço deste texto relatar, exemplos de ações diretas do poder público são os programas na área de saúde e, mais recentemente, os programas de previdência extensivos às mulheres, entre os quais a licença-maternidade de 180 dias.

Caminhando para o fim deste tema de Estudo, é importante ressaltar que nas distintas políticas e programas sociais, persiste uma tensão latente entre interesses coletivos e limitações de natureza econômica. Essas últimas são determinadas, em parte, pela complexidade da problemática enfrentada pelo Estado para implantar, acompanhar e fiscalizar ações públicas

descentralizadas em um país de dimensões continentais e marcado por desigualdades tão graves como o Brasil. Mas, são determinadas, da mesma forma, pelos conflitos de interesses entre segmentos da população que detêm graus diferenciados de poder acerca do uso do dinheiro público.

Finalmente, é necessário atentar para o viés moral que algumas dessas políticas contêm, ao beneficiarem de modo preferencial famílias estruturadas segundo uma lógica social hegemônica (heterossexuais, unidas por laços biológicos, com filhos em idade escolar, e idosos). Em alguns momentos, estas políticas acabam por se omitir frente à multiplicidade de outras configurações familiares presentes na nossa sociedade.

Resumo



Vamos lembrar:

Como discutimos, a adolescência é caracterizada enquanto fenômeno social e histórico, que se modifica ao longo da história da nossa sociedade. Em nossa sociedade, a construção social da adolescência foi muito influenciada pelas transformações nas relações de trabalho e pelas novas funções sociais assumidas pela escola na Modernidade. Na contemporaneidade, a experiência de ser adolescente tem sido bastante influenciada, por exemplo, pelas contradições da cultura de consumo e pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

A perspectiva sociocultural se mostra bastante fértil para compreendermos as diversas adolescências no nosso país, caracterizado por riquíssima diversidade regional, étnica, cultural e socioeconômica. Nesse viés, a adolescência é considerada como importantíssimo período de desenvolvimento da subjetividade, no qual as experiências psicossociais se articulam aos processos biológicos.

Assim sendo, a adolescência não pode ser reduzida a seus processos biológicos nem ser compreendida como um fenômeno meramente natural, que seguiria as características de um estágio fixo de desenvolvimento. Cada pessoa é única e seu desenvolvimento pode seguir diversas trajetórias probabilísticas. Portanto, não podemos tratar os adolescentes como um grupo com comportamentos padronizados, ao passo que cada adolescente possui suas especificidades.

Existem diversas formas de abordar a adolescência na contemporaneidade, por meio de vieses etários, sociais, desenvolvimentais e culturais, cada qual com contribuições importantes para as esferas legais, educacionais, familiares e sociais. É importante conhecer estas diferentes perspectivas, a fim de garantir os direitos dos adolescentes em nossa sociedade e construir melhores condições para o exercício do protagonismo juvenil nos diversos ambientes de que participam os adolescentes.

As famílias contemporâneas são diversas tanto na sua configuração de membros quanto em suas dinâmicas de funcionamento. As famílias têm se transformado ao longo da linha do tempo, por conta de mudanças históricas e socioculturais. Destacamos a importância de maiores investimentos em políticas sociais para o fortalecimento das famílias brasileiras, em um paradigma de proteção social, a fim de garantir os direitos de seus membros, incluindo os adolescentes de nosso país.



Chegamos ao fim do primeiro tema de Estudo. Esperamos que as leituras e vídeos tenham levado você a conhecer mais sobre a construção social da adolescência, os diferentes modos de abordar as adolescências contemporâneas e a refletir sobre as novas configurações dos grupos familiares nos dias de hoje.

No próximo Tema de Estudo, procuramos compartilhar um panorama sociodemográfico das adolescências brasileiras, caracterizar a situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no nosso país e contrapor a lógica da responsabilização e a lógica da criminalização dos adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Vamos para o próximo Tema de Estudo?

TEMA 2 - Adolescência, Vulnerabilidade Social, Violência e Criminalização da Juventude

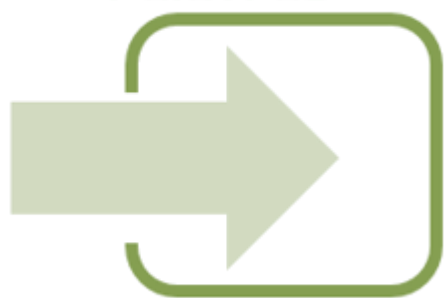
Olá, chegamos ao Tema de Estudo 2 !!!

No Tema de Estudo anterior, discutimos sobre a pertinência da perspectiva sociocultural para uma maior compreensão sobre as adolescências no nosso país, com tamanha diversidade regional, étnica, cultural e socioeconômica.

Neste Tema de Estudo, vamos tratar dos seguintes assuntos:

- Caracterização socioeconômica e as principais vulnerabilidades enfrentadas pelos adolescentes brasileiros: perfil sociodemográfico das adolescências brasileiras;
- Panorama da situação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil: quantidade de adolescentes, tipologia de atos infracionais, medidas preferencialmente aplicadas, ações em rede para a garantia de direitos dos adolescentes; e
 - A criminalização da adolescência no Brasil: individualização da violência, fomento a práticas e políticas higienistas, menoristas, repressoras e de contenção penal da miséria social; e
 - A celebração da diversidade nas políticas públicas orientadas aos adolescentes.

Palavras



Iniciais

Desejamos refletir junto com você, cursista, sobre as diversas possibilidades de ser adolescente no nosso país.



- Quem são os adolescentes brasileiros?
- Quais são as principais vulnerabilidades enfrentadas por nossos adolescentes?
- Como é a situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no nosso país?
- Como podemos atuar na proteção social dos adolescentes, contrapondo tendências repressoras que criminalizam os nossos adolescentes?

Boa leitura!

Caracterização Socioeconômica e as Principais Vulnerabilidades Enfrentadas pelos Adolescentes Brasileiros

Introdução

Ao longo da nossa história como povo, a assistência oferecida à adolescência tem seguido predominantemente um modelo asilar, tutelar e disciplinador, ao invés de um modelo de promoção de desenvolvimento pessoal e comunitário (Yokoy de Souza, 2008). Nesse cenário, foram criadas legislações e serviços, como os Códigos de Menores e a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM), que serão melhor apresentados em outros Eixos desse curso, cujas marcas ainda hoje fazem parte das culturas institucionais de muitos programas de atendimento socioeducativo.

As ações de assistência à adolescência herdaram algumas características desse histórico, como: a descontextualização; a descontinuidade; a baixa eficácia; e a culpabilização das famílias pelas dificuldades que enfrentam no cumprimento das suas funções de cuidado, educação e proteção dos adolescentes. As ações desses modelos asilares e disciplinadores não têm impulsionado os potenciais de desenvolvimento dos envolvidos e têm contribuído pouco (ou mesmo nada) para a transformação da realidade social e comunitária dos territórios em que os nossos adolescentes se desenvolvem.

De modo lento e contraditório, as relações existentes entre a sociedade, o Estado brasileiro e as famílias em situação de pobreza vêm se modificando e os modelos de assistência até então existentes têm sido questionados. O foco das discussões sobre as infrações juvenis passou a enfatizar a péssima distribuição de renda e a desigualdade social, que fazem parte do próprio

processo de desenvolvimento político-econômico do país. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, representa um marco dessa mudança paradigmática, orientada pela doutrina de proteção integral e pela visão dos adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

Desde então, um Sistema de Garantia de Direitos da família, da infância e da adolescência vem sendo construído. Hoje em dia, por exemplo, pelo menos do ponto de vista legal, existe um compromisso do Estado para o fortalecimento das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, por meio de programas de transferência de renda, saúde e assistência social. Esses esforços procuram apoiar as funções de proteção e cuidado das famílias, que são dificultadas quando elas não conseguem sequer acessar bens culturais, sociais e econômicos básicos. No entanto, conforme discutido anteriormente, são necessários grandes avanços nas políticas públicas destinadas à garantia de direitos das famílias brasileiras.



Saiba Mais

Para conhecer mais sobre o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes:

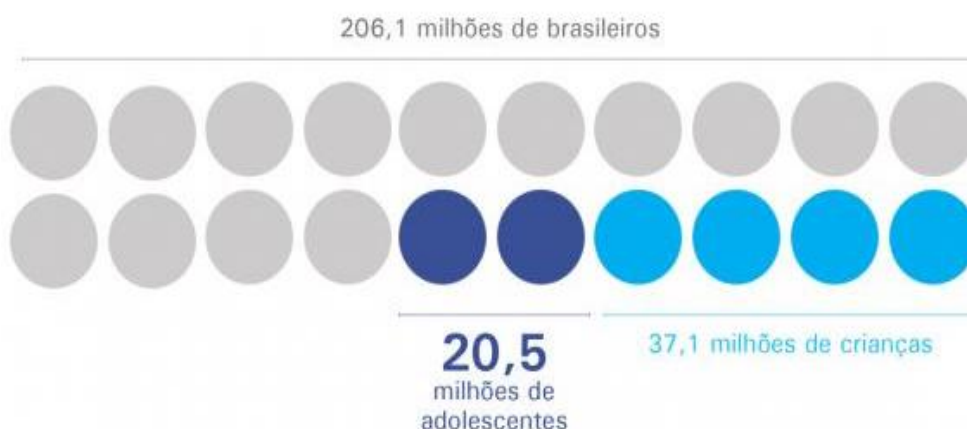
- Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/>
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA): <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda-1>
- Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF Brasil): <https://www.unicef.org/brazil/>
- Portal Promenino: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/>

Para nos ajudar ao longo desse caminho reflexivo, utilizamos a história da assistência à juventude brasileira como ponto de partida para apresentar as principais vulnerabilidades enfrentadas por nossos adolescentes. Apresentamos dados relevantes sobre as condições socioeconômicas em que vivem nossos adolescentes e consideramos as principais vulnerabilidades enfrentadas por eles, tomando como ponto de partida as pesquisas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2011, 2018), do IBGE (2017a) e do Censo Escolar do INEP 2018 (INEP, 2019).

Boa leitura!

Perfil Sociodemográfico da Adolescência Brasileira

O nosso país possui uma população bem grande de adolescentes: aproximadamente 10% da população brasileira, ou seja, 20,5 milhões de pessoas são cidadãos entre 12 e 17 anos. Estamos vivendo um momento único na nossa história, considerando que nunca houve e, provavelmente, não mais haverá tantos adolescentes em nosso país, em virtude da diminuição das taxas de natalidade e da tendência ao envelhecimento populacional. Assim sendo, compreendemos que este é um momento importantíssimo para o fortalecimento de ações de saúde, de educação e de inclusão social para a população adolescente.



Infográfico da UNICEF com informações sobre adolescência.

Acesso em: 15/03/19. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/adolescentes>

Infelizmente, aproximadamente 50% da população de crianças e adolescentes do país têm seus direitos violados, especialmente a população infanto-juvenil negra, das regiões Norte e Nordeste e/ou que mora no campo (UNICEF, 2018). Estamos falando de um cenário de violação do direito à renda, educação, informação, moradia, saneamento e água, bem como ao problema do trabalho infantil.

Grande parte dos adolescentes brasileiros enfrentam diversas vulnerabilidades, dentre as quais se destacam: a pobreza e a pobreza extrema; a baixa escolaridade; a exploração no trabalho; a privação da convivência familiar e comunitária; os homicídios; a gravidez na adolescência; as doenças sexualmente transmissíveis; o abuso e a exploração sexuais; e o abuso de drogas.

Essas vulnerabilidades não são vivenciadas de modo isolado; pelo contrário, elas se articulam entre si e, apesar de atingirem adolescentes de todas as classes sociais, tendem a causar maior dano e riscos para os adolescentes pobres, pois são agravadas pelas condições precárias de vida, pela privação de renda, pelas dificuldades de acesso aos serviços públicos e pelas diversas desigualdades da sociedade brasileira, derivadas dos nossos processos de colonização, escravidão e abandono de muitas populações (SEPLAN, 2013; UNICEF, 2011).

Ser adolescente, ser negro, morar em comunidade popular na periferia dos grandes centros urbanos, dentre outras possibilidades, podem limitar o acesso dos adolescentes aos direitos à saúde, educação, esporte, lazer e cultura. Da mesma forma, frequentemente, o adolescente em conflito com a lei, e a sua família, enfrentam diversas vulnerabilidades sociais, por exemplo: privações decorrentes do contexto de pobreza; poucas alternativas de empregabilidade; e o enfraquecimento dos vínculos comunitários.

A primeira vulnerabilidade que destacamos aqui se refere à situação de pobreza. Na atualidade, a pobreza brasileira possui o rosto da criança e do adolescente. De acordo com os dados da UNICEF (2018), 6 em cada 10 crianças e adolescentes vivem na pobreza no Brasil e, de cada três crianças e adolescentes pobres, dois são negros.

Nos últimos anos, cresceu o percentual de adolescentes vivendo em famílias extremamente pobres. 17,6% dos adolescentes do país vivem em

famílias extremamente pobres. Estamos falando de 3,7 milhões de garotas e garotos com idades entre 12 e 17 anos. As condições de pobreza e de extrema pobreza dos adolescentes potencializam outras vulnerabilidades, fragilizam os ambientes de proteção e de segurança e colaboram para que os adolescentes sejam pessimistas em relação ao próprio futuro, de suas comunidades e do país.



A baixa escolaridade é outra importante vulnerabilidade e é caracterizada por um padrão cíclico de repetências, de distorção idade-série, de evasão da escola e de abandono dos estudos. Um importante avanço, desde o ECA, se refere ao fato de que o acesso ao sistema educacional na idade correta é praticamente universal. Em 2016, 97% das crianças de 6 anos de idade estavam frequentando a escola (UNICEF, 2018).

No entanto, muitas crianças e adolescentes brasileiros não têm seu direito à educação devidamente assegurado e não aprendem adequadamente os conteúdos curriculares, o que pode causar impactos

negativos em suas trajetórias escolares e abandono dos estudos. Cerca de uma em cada cinco crianças e adolescentes com idade entre 9 e 17 anos frequenta a escola com defasagem entre a idade cronológica e a idade escolar esperada (UNICEF, 2018). 12% dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental têm dois ou mais anos de atraso escolar. Nos anos finais do Fundamental, o índice passa a 26% e, no Ensino Médio, chega a 28%. 1,59 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola, de acordo com a PNAD de 2015. Os estudantes indígenas, pretos e pardos tendem a ser mais prejudicados no que se refere à taxa de distorção idade-série, tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

Apesar da grande maioria (85,2%) dos adolescentes entre 15 e 17 anos estar matriculada na escola, apenas metade (50,9%) estava no Ensino Médio. Ou seja, praticamente metade dos adolescentes de 15, 16 e 17 anos estava atrasada em seus estudos, ou seja, ainda cursava o Ensino Fundamental ou já havia abandonado os estudos. Além disso, muitos adolescentes matriculados nas escolas não conseguem aprender, não avançam na sua escolarização, sentem-se pouco apoiados em suas dificuldades e se sentem desestimulados em uma realidade escolar distante das suas expectativas e da sua cultura juvenil.

Saiba Mais

A UNICEF propõe a estratégia “Trajetórias de Sucesso Escolar”, a fim de promover a inclusão, a permanência e a aprendizagem escolar efetiva e romper o círculo vicioso da reprovação, do atraso, da distorção idade- série e do abandono de crianças e adolescentes.

Para saber mais visite: <http://trajetoriaescolar.org.br/>

A pressão para colaborar na renda familiar é um dos fatores que fomentam a baixa escolarização dos adolescentes brasileiros. A combinação de baixa escolaridade e inserção precária no mundo do trabalho resulta em obstáculos duradouros para o futuro profissional dos adolescentes brasileiros, contribuindo para a manutenção da sua exclusão social, da violação de seus direitos e da desproteção social.

A exploração do trabalho adolescente é uma vulnerabilidade que compromete sua saúde e seu desenvolvimento. Ressaltamos que a legislação brasileira proíbe o trabalho formal até os 16 anos (exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos) e estabelece como modalidades de trabalho regular para o adolescente apenas a aprendizagem, o estágio e o trabalho educativo.

O TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA

Até 13 anos
Totalmente proibido

14 e 15 anos
Permitido apenas como aprendiz
(art. 7º,XXXIII CF; art. 403 CLT)

16 e 17 anos
Permitido como empregado, aprendiz, estagiário ou autônomo. Proibido para atividades noturnas, perigosas, insalubres ou prejudiciais à formação moral, psicológica ou intelectual (CF, CLT, OIT e ECA)

Abaixo dos 21 anos
Proibido o trabalho em minas, estivas ou qualquer trabalho subterrâneo
(art. 301 da CLT e Decreto Lei 2032/40)

12 DE JUNHO
DIA CONTRA O
TRABALHO INFANTIL

#saude nasredes blog.saude.gov.br SUS + /minsaude

Fonte: <http://www.blog.saude.gov.br/>

Apesar disso e dos enormes avanços feitos desde o ECA para o enfrentamento dessa situação, ainda existem milhões de adolescentes que exercem algum tipo de atividade de trabalho. De acordo com as recentes análises da UNICEF (2018), 7,4% dos brasileiros entre 10 e 13 anos trabalham e, entre os maiores de 14 anos, quase 1,2 milhão trabalham mais do que as 20 horas semanais permitidas pela lei.

A grande maioria (83%) das crianças e adolescentes que trabalham está na faixa etária de 10 a 17 anos. As moças acima de 14 anos trabalham quase o dobro que os rapazes da mesma faixa etária, fundamentalmente, pela carga de trabalho doméstico. Para ambos os sexos, também se verifica maior intensidade de trabalho para quem se desenvolve nas zonas rurais e para os adolescentes negros, em comparação aos adolescentes brancos.

A privação do direito à convivência familiar e comunitária é outra importante vulnerabilidade enfrentada por muitos adolescentes brasileiros, como os que são chefes de famílias, os que vivem em situação de rua, em casas lares ou abrigos institucionais. Essa vulnerabilidade prejudica a construção de redes de apoio social e de apoio afetivo e inviabiliza muitos projetos de futuro, agravando ainda mais a desproteção social que já marca o desenvolvimento destes adolescentes.

No Brasil, 661 mil lares são chefiados por adolescentes entre 15 e 19 anos de idade; eles assumem inúmeras responsabilidades, trabalham irregularmente, prejudicam sua escolarização e sua saúde, não usufruem de oportunidades de lazer, de esporte e nem de se relacionar com outros adolescentes, prejudicando o desenvolvimento da sua cidadania.

Outro alarmante dado sobre as adolescências brasileiras se refere às estatísticas sobre os assassinatos de adolescentes. Essa vulnerabilidade revela gravíssimas violações de direitos dos adolescentes, das famílias e das

comunidades. De acordo com a UNICEF¹, o Brasil é um dos cinco países com os maiores índices de homicídios de adolescentes no mundo, mas o cenário brasileiro é o pior em números absolutos. O número de homicídios de adolescentes do sexo masculino no Brasil é maior, inclusive, do que em países afetados por guerras. A maioria das vítimas de homicídios em nosso país são meninos negros, que vivem nas periferias dos grandes centros, estão fora da escola e vêm de famílias com baixo poder aquisitivo.

Melo e Cano (2017) destacam que, quando comparados a outros grupos etários, os adolescentes são o alvo preferencial dos homicídios em nosso país. Tragicamente, a primeira causa de morte na adolescência no Brasil são os homicídios, superando os acidentes de trânsito. Diariamente, em média, são assassinados 19 adolescentes entre 15 e 19 anos em nosso país; esse índice é maior do que o dobro da média para a população brasileira em geral (UNICEF, 2011).

O valor do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) brasileiro é de 3,65 adolescentes perdidos para cada grupo de 1.000 adolescentes entre 12 e 18 anos (Melo e Cano, 2017). Ou seja, para cada mil adolescentes que completam 12 anos em nosso país, quase 4 adolescentes morrem vítimas de homicídio antes de chegar aos 19 anos de idade. Este índice é estarrecedor, considerando que, em uma sociedade pouco violenta, se aproxima de zero. O IHA brasileiro recente é o maior desde que começou a ser monitorado em 2005.

Destacamos que o aumento da violência letal contra os adolescentes possui um corte racial/étnico e de gênero. O risco de um adolescente do sexo masculino ser morto por homicídio é 13 vezes maior do que o risco de uma

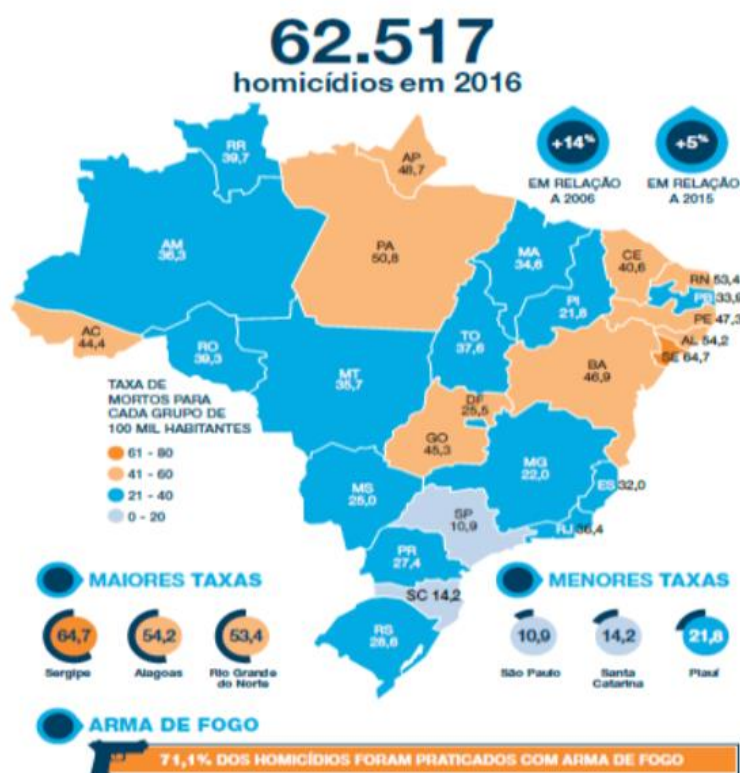
¹ <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 10/03/19.

adolescente. Um adolescente negro brasileiro tem 3 vezes mais chances de ser morto por homicídio em comparação a um adolescente branco.

De acordo com o Mapa da Violência de 2016 (Waiselfisz, 2016), os homicídios atingem especialmente os jovens entre 25 e 29 anos de idade, do sexo masculino (94,4%), moradores das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros. Além disso, negros morrem 2,6 vezes mais que brancos vitimados por arma de fogo no Brasil. Outros grandes polos de concentração de mortes dos jovens são: os territórios dominados por quadrilhas, milícias ou traficantes de drogas; o interior de estados mais desenvolvidos; as zonas de fronteira e de turismo predatório; e o arco do desmatamento na Amazônia.

Os dados do Atlas da Violência (IPEA.FBSP, 2018) corroboram o crescimento do já alto número de jovens assassinados bem como as desigualdades socioeconômicas reveladas pelos recortes étnico-racial, etário e de gênero dos homicídios em nosso país.

Atlas da Violência 2018





ATLAS DA VIOLÊNCIA



JUVENTUDE PERDIDA



33.590 JOVENS FORAM ASSASSINADOS NO PAÍS EM 2016

+7,4%

65,5 Taxa de homicídio de jovens por 100 mil jovens no Brasil em 2016

EM RELAÇÃO A 2015

PIORES CENÁRIOS



O PESO DA DESIGUALDADE RACIAL



Taxa de homicídio de negros 40,2



Taxa de homicídio de não negros 16,0

DE 2006 A 2016...

EM 2016 A TAXA DE HOMICÍDIO DE NEGROS EQUIVALE A 2,5 VEZES A DE NÃO NEGROS

A taxa de homicídio de negros cresceu 25,1%

A taxa entre os não negros teve redução de 6,8%

GÊNERO, RAÇA E VIOLÊNCIA LETAL

(Taxas de homicídio para cada grupo de 100 mil mulheres de cada segmento)



Mulheres - 4,5



Mulheres negras - 5,3



Mulheres não negras - 3,1

Em 10 anos, a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15,4%

Entre mulheres não negras houve queda de 8%

ESTUPROS

IDADE DAS VÍTIMAS

50,9% - Crianças (até 13 anos)
17,0% - Adolescentes (14 a 17 anos)
32,1% - Acima de 18 anos

QUEM É O AGRESSOR?

30% dos casos de estupro contra crianças são perpetrados por familiares próximos como pais, irmãos e padrastos

46,1% das pessoas adultas foram vítimas de pessoas conectadas

Registros no sistema de saúde 22.918 X 40.497 Registros policiais

Infográfico disponibilizado pelo IPEA e PBSP, em:

http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violencia_2108_Infografico.pdf

Estima-se que, se as condições vigentes permanecerem as mesmas, entre 2015 e 2021, 43 mil adolescentes de 12 a 18 anos serão mortos no Brasil, apenas nos municípios de mais de 100.000 habitantes. Destacamos esse dado dramático para alertar nossa sociedade para a grande violência letal contra nossos adolescentes e para sinalizar que é preciso priorizar a

formulação de políticas de prevenção da violência contra os adolescentes, especialmente, para os grupos mais vulneráveis, como os adolescentes negros do sexo masculino que são assassinados com armas de fogo.

Os dados do IHA brasileiro sinalizam a necessidade de maiores investimentos para políticas preventivas orientadas à redução da letalidade juvenil, tanto por parte do governo quanto da sociedade civil, universidades e dos próprios adolescentes.



Que tal dialogar com os seus colegas cursistas, no Fórum de Debate, sobre as semelhanças e sobre as diferenças do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) em cada território?



Acesse...

Para conhecer mais:

Para conhecer mais a fundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) sua realidade local, sugerimos a leitura complementar dessa publicação na íntegra, disponível no *link*: <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IHA-2014.pdf>

Duas iniciativas se destacam no enfrentamento do risco de mortes violentas entre adolescentes, na ampliação do acesso a direitos e na diminuição de vulnerabilidades. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), da Secretaria de Direitos Humanos, visa, além da preservação da vida, a garantia do direito a convivência familiar e a sua proteção integral. Já o Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude, envolve ações de desconstrução da cultura de violência; inclusão, emancipação e garantia de direitos; transformação de territórios; e aperfeiçoamento institucional.

A gravidez na adolescência é considerada outra importante situação de vulnerabilidade, por conta dos impactos na saúde, na escolarização e na formação profissional dos adolescentes brasileiros. A idade para iniciação sexual no Brasil varia entre 13 e 19 anos, com concentração nos 15 anos, e, em geral, os meninos iniciam mais cedo do que as meninas (UNICEF, 2017). Na faixa etária de 10 a 17 anos 2,9% das meninas já tinham tido pelo menos um filho (IBGE, 2012). A gravidez é mais frequente no Brasil entre meninas pobres, negras e/ou indígenas e com menor escolaridade.



Os números da gravidez na adolescência estão decrescendo entre as adolescentes de 15 a 19 anos e crescem entre 10 e 14 anos de idade. Apesar da legislação brasileira classificar como estupro de vulnerável as relações sexuais de adultos com os/as adolescentes com idade igual ou menor a 14 anos, existem 43 mil adolescentes com menos de 14 anos vivendo “situação marital” (IBGE, 2012).

O Censo de 2010 indica as seguintes características da população de adolescentes que tinham ao menos um filho (IBGE, 2012; Santos, Magalhães, Mora e Cunha, 2017):

- **Idade:** Maior concentração de adolescentes grávidas no final da adolescência e início da juventude, com 65,9% de meninas entre 18 ou 19 anos de idade;
- **Cor/raça:** 69% das meninas eram negras (pretas ou pardas);
- **Trabalho:** 59,7% das meninas não trabalhavam nem estudavam e 92,5% cuidavam dos afazeres domésticos;
- **Estado civil:** Enquanto 37,1% estavam na condição de filha na unidade domiciliar, outras 34,2% estavam na condição de cônjuge; e
- **Escolaridade:** 88,4% das meninas de 15 a 17 anos que não tinham filhos estudavam, enquanto somente 28,4% daquelas que tinham um filho ou mais estavam estudando.

As diferentes visões e atitudes dos educadores, familiares e dos próprios adolescentes sobre a gravidez possuem repercussões nas práticas de atendimento dos diversos atores que interagem com a adolescente gestante, com seus parceiros e/ou familiares (Santos e cols., 2017). Os homens que são os pais dos filhos das adolescentes brasileiras se tornam invisíveis nos dados, especialmente quando eles também são adolescentes. Muitos desses

rapazes que se tornam pais sofrem preconceitos, sendo desqualificados como irresponsáveis e incompetentes para exercer a função paterna.

É preciso considerar que a gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, multicausal e com diferentes consequências. Ela pode estar associada a uma trajetória de exclusão social ou mesmo a uma opção em se tornar mãe, na busca ativa da menina por autonomia e por reconhecimento social.



Os dados a respeito de outra grave vulnerabilidade enfrentada pelos adolescentes brasileiros, a exploração sexual e o abuso sexual, são de difícil investigação, por conta da cultura do silêncio, dos tabus e dos preconceitos envolvidos. Apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas para o enfrentamento desses crimes, as estatísticas de denúncias ainda não representam a realidade e esses crimes acabam tendo sua frequência subestimada. Segundo a UNICEF (2017), a violência sexual é a terceira mais notificada pelo Viva/SUS- Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, coordenado pelo Ministério da Saúde, e a quarta forma de violência mais denunciada ao Disque 100.

Entre janeiro e julho de 2010, foram relatados 4,7 mil casos de abuso sexual e quase 2,5 mil casos de exploração sexual. De cada dez crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, sete (Disque 100) ou oito (Viva/SUS) eram meninas. As meninas são vítimas mais frequentes nos casos de violência sexual, de tráfico para fins sexuais, de abuso sexual e de pornografia. Meninas negras foram o principal alvo da violência sexual.

Comumente, o autor da violência sexual contra crianças e adolescentes é homem que integra a rede familiar ou social da vítima (ex: pais, padrastos, vizinhos); e os locais mais recorrentes destas violências são a casa da vítima e/ou do suspeito.

Essas violências se sustentam em uma cultura brasileira adultocêntrica, machista e violenta, na qual os adultos exercem relações de poder sobre os adolescentes (em especial, os homens adultos sobre as meninas) e na qual a violência parece ser socialmente legitimada como estratégia de disciplinarização dos adolescentes. Esses crimes sexuais deixam marcas profundas nas meninas e nos meninos, comprometendo sua integridade, sua autoestima e sua capacidade de confiança.

Finalmente, destacamos que o abuso de drogas também merece destaque, pois pode tornar alguns adolescentes mais vulneráveis a riscos que comprometem sua saúde e seus vínculos familiares, sociais e comunitários. A sensação ampliada de coragem e inconsequência relacionada ao uso de drogas pode aumentar os riscos de acidentes de carro, de sexo desprotegido, de ausência à escola e de prática infracional.



As drogas, tanto lícitas (ex: álcool, nicotina, moderadores de apetite) quanto ilícitas (ex: maconha, cocaína, crack), são parte do cotidiano da nossa sociedade, inclusive, do cotidiano dos adolescentes em conflito com a lei. Ressaltamos que o uso de drogas é parte de muitas das nossas comemorações e rituais sociais, mediando relações afetivas como, por exemplo, o tradicional brinde para celebrar o Ano Novo e o cruzamento de taças pelos noivos na cerimônia de casamento.

Não existem estudos unívocos sobre as fronteiras entre o uso recreativo, o uso social, o uso abusivo e a dependência química de drogas. Os efeitos

físicos, psicológicos, sociais e comunitários das drogas são multideterminados, dinâmicos e variam para cada usuário e de acordo com a situação, o contexto e o padrão de uso.

Desse modo, entendemos que as relações entre o uso de drogas e o cometimento de atos infracionais por adolescentes somente podem ser compreendidas por meio de abordagens conjunturais e aprofundadas. O uso de drogas por um adolescente pode se manter em um padrão recreativo ou pode se configurar em uma vulnerabilidade quando, por exemplo, fragiliza seus vínculos familiares e sua autonomia, por conta do envolvimento com a cultura do tráfico, marcada pela fidelidade vitalícia. Em um primeiro momento, por exemplo, essa vinculação com o tráfico pode servir para um adolescente manter seu próprio consumo; ao longo do tempo, seus vínculos sociais podem priorizar a rede de tráfico, ao adquirir *status* social de pessoa a ser temida e respeitada ou ao conseguir satisfazer seus desejos de consumo por meio da renda gerada pelo tráfico.

O ponto de vista sociocultural considera como linear e simplista a interpretação do ato infracional como causado pelo uso de drogas. Para a compreensão de fenômenos desse tipo, são necessárias abordagens multireferenciais, que considerem o sistema complexo de aspectos pessoais, institucionais, econômicos, farmacológicos, socioculturais, dentre outros (Yokoy de Souza, 2008).

A temática do uso de drogas é alvo de diversas ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI). Dentre os destaques das diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde (Portaria 1.082 do Ministério da Saúde, de 23 de maio de 2014), salientamos as ações de: prevenção ao uso de álcool e outras drogas; promoção da saúde

e redução de danos provocados pelo consumo de álcool e outras drogas; promoção da reinserção social dos adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas; bem como o desenvolvimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Que tal conhecer algum serviço que procura articular diferentes dimensões na compreensão do uso de drogas pelos adolescentes, a fim de ampliarmos nossas visões sobre as possibilidades de ação sobre essa problemática?



Acesse...

No sítio eletrônico do Projeto Quixote, por exemplo, você pode encontrar uma interessante biblioteca de materiais derivados das pesquisas feitas pela equipe. Sugerimos a leitura do relato da pesquisa "Fatores de risco, evoluções e desfechos observados em jovens liberados de unidades de internação", disponível no *link*:

<https://www.projetoquixote.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Pesquisa-Fatores-de-Risco-Evolu%C3%A7%C3%B5es-e-Desfechos-Observados-em-Jovens-Liberados-de-Unidades-de-Interna%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Que tal compartilhar com os demais cursistas, no Fórum de Debate, alguns relatos de experiências de projetos semelhantes que existam no seu território?



As políticas de proteção social, orientadas para a garantia dos direitos dos adolescentes no país, possuem enorme potencial para a diminuição de diversas vulnerabilidades enfrentadas pelos nossos adolescentes, que são ainda mais agravadas pela negação de direitos e diante de desigualdades sociais, da concentração de renda e da fragilidade no acesso a políticas públicas. Enquanto profissionais da socioeducação, conhecer melhor nossos adolescentes é necessário para enfrentar as vulnerabilidades e as desigualdades que influenciam o desenvolvimento e para garantir os direitos dos nossos adolescentes.

Atividade de Estudo



Atividade 3 - Vulnerabilidades Enfrentadas pelos Adolescentes Brasileiros

1. Observe abaixo 3 charges de Rodrigo Rosa.





Rodrigo Rosa é um artista gráfico brasileiro com mais de 30 anos de carreira. É cartunista, ilustrador, quadrinista e jornalista. É conselheiro da Sociedade de Ilustradores do Brasil. Já publicou em diversos jornais e ilustrou diversos livros, recebendo prêmios em salões de humor no Brasil e no exterior.

Fontes:

<http://grafar.blogspot.com/2008/10/charge-rodrigo-rosa.html> ; <https://rodrigorosa.com/>

2. Observe as personagens e analise o lugar em que estão as personagens. Quais elementos do campo visual caracterizam a as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos adolescentes brasileiros?

3. A ironia é um dos principais recursos que o autor da charge utiliza para denunciar/satirizar, fazendo uso do humor para chamar a atenção dos leitores. Quais são as ironias apresentadas por estas charges?

Desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, podem ser verificados importantes avanços na política socioeducativa brasileira e vemos que o SINASE está cada vez mais em processo de adequação em todo o território nacional. A seguir, apresentamos uma caracterização atualizada dos adolescentes a quem se atribui ato infracional no Brasil, a partir do Levantamento Anual realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2013, e pelo Levantamento Anual do SINASE, a respeito das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, do Ministério dos Direitos Humanos (2018).

Panorama da Situação dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Brasil

Quando consideramos que existe mais de 20 milhões de adolescentes no país, existe uma pequena porcentagem em cumprimento de medida socioeducativa. O levantamento de 2013 apontou que existiam 88.022 adolescentes brasileiros cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), o que correspondia a 0,41% do total de adolescentes no país.

Os dados mais recentes (MDH, 2018) indicam que existem 26.450 adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade, sendo 70% em medida de internação, 8% em regime de semiliberdade e 20% em internação provisória. No ano de 2016, as Unidades da Federação informaram sobre a

existência de 477 unidades de atendimento socioeducativo no país, considerando as modalidades de atendimento de internação, internação provisória, semiliberdade, internação sanção e atendimento inicial.

O Levantamento Anual SINASE 2016 destaca que, do total de atos infracionais praticados, apenas 3,38% foram atribuídos a adolescentes/jovens do gênero feminino e que, nos contextos de privação de liberdade, prevalece uma grande maioria (96%) de adolescentes do sexo masculino.

Nos contextos socioeducativos em meio aberto, as informações precisam ser melhor sistematizadas. Em 2012, existia 67.389 adolescentes do sexo masculino e 10.373 do sexo feminino cumprindo Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. No entanto, falta a informação do sexo do adolescente em 12.069 casos informados nesse contexto, o que prejudica análises mais detalhadas.

A maioria (87,8%) das unidades de restrição ou privação de liberdade de adolescentes, em 2016, é voltada exclusivamente ao atendimento de adolescentes do sexo masculino. Existem no país apenas 35 unidades exclusivamente femininas e 23 unidades que prestam atendimento misto. Diniz (2017) indica que, entre 2012 a 2014, houve um crescimento proporcional maior da população feminina nas unidades de internação (37%) do que da população masculina (25%).

Também existem poucos dados sistematizados regularmente sobre o perfil das adolescentes internadas; os poucos dados disponíveis se referem ao perfil das meninas apreendidas por ato infracional. Em 2014, no DF, por exemplo, 371 meninas passaram pelo Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). 81% tinham entre 14 e 17 anos, 72% eram negras, 44% não frequentavam escola no momento da apreensão e 39% tinham mais de um registro de entrada no NAI por ato infracional (Diniz, 2017).

Saiba Mais

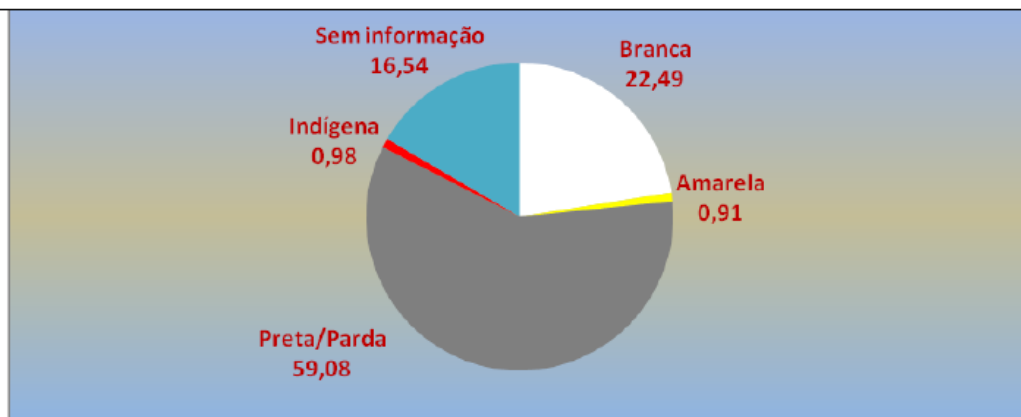
Para conhecer mais:

Para conhecer melhor o contexto de internação para as adolescentes, sugerimos a leitura de:

- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.

No que se refere à etnia/raça e cor da pele, em 2016, mais de 59% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados de cor parda/preta. Infelizmente, não há informações sobre este critério para 16,54% dos adolescentes e jovens nesta condição, o que também prejudica o aprofundamento das análises.

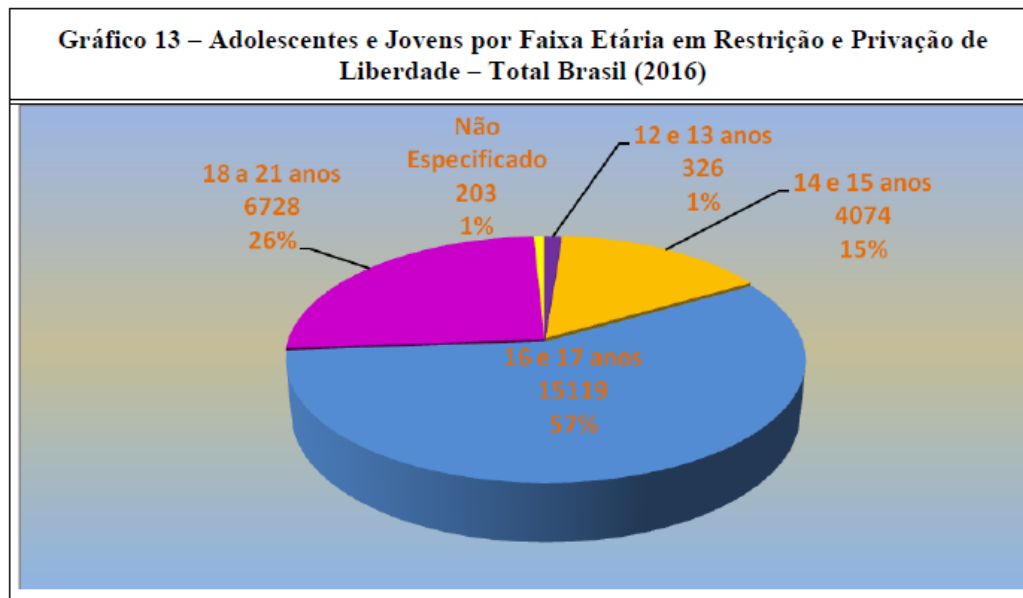
Gráfico 14 – Porcentagem de Adolescentes e Jovens por Raça/Cor em Restrição e Privação de Liberdade – Total Brasil (2016)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos (2018). Levantamento Anual SINASE 2016, p. 19.

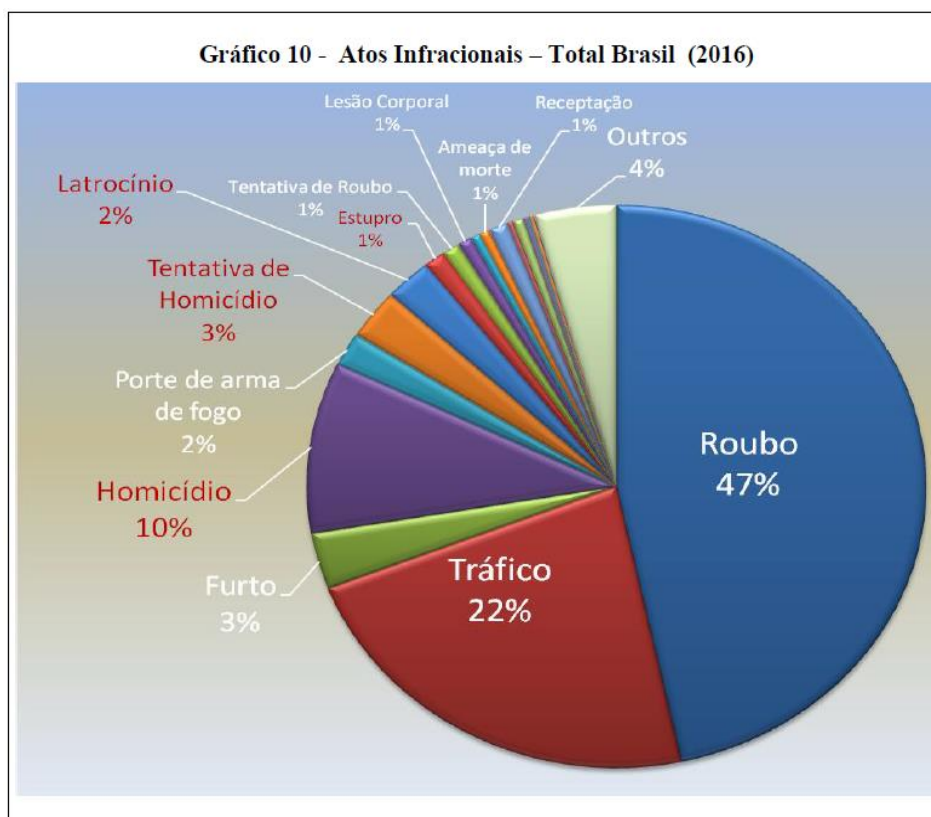
Em relação à faixa etária dos adolescentes/jovens atendidos pelas unidades de atendimento socioeducativo de restrição e privação de

liberdade, em 2016, a maior parte dos adolescentes (57%) tinha entre 16 e 17 anos, seguida pela faixa etária de 18 a 21 anos (26%).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos (2018). Levantamento Anual SINASE 2016, p. 19.

No que se refere aos tipos de atos infracionais atribuídos aos adolescentes que estão em restrição e privação de liberdade, temos a maior prevalência de atos classificados como análogos a roubo (47%) e ao tráfico de drogas (22%). O ato infracional análogo ao homicídio foi registrado em 10% do total de atos praticados, acrescido de 3% de tentativa de homicídio (MDH, 2018). A tipificação de atos infracionais é apresentada de modo mais completo no gráfico a seguir:



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos (2018). Levantamento Anual SINASE 2016, p. 155.

Os dados do Levantamento de 2016 também revelam oscilação recente no que se refere a atos infracionais análogos a crimes contra a pessoa (homicídio e lesão corporal), crimes contra a dignidade sexual (estupro) e crimes contra o patrimônio com resultado morte (latrocínio). Ressalta-se queda destes índices em comparação a 2010, o que contradiz o argumento de defesa da redução da idade da imputabilidade penal como estratégia para combater o aumento de "crimes hediondos" cometidos por adolescentes. Além disso, outros atos infracionais, como o atentado violento ao pudor, o porte de arma branca e o estelionato, não apresentaram taxas significativas em nenhuma unidade federativa, segundo o Levantamento de 2013.

Apesar dos dados evidenciarem que a maioria dos atos infracionais não se refere a atos contra a vida, a internação ainda é uma medida socioeducativa muito aplicada no Brasil. E é aplicada mesmo em face de atos

infracionais praticados sem grave ameaça ou violência. Verifica-se, dentre as medidas em meio fechado, na série histórica 2009-2016, uma variação anual da restrição e privação de liberdade e uma queda sucessiva desde 2013.

Um dado gravíssimo é o de que, em 2016, 49 adolescentes morreram no sistema socioeducativo brasileiro no contexto da restrição e privação de liberdade, ou seja, 4 adolescentes por mês (em média) faleceram em pleno cumprimento de medida socioeducativa. Essas mortes foram causadas, em sua maioria, por conflitos interpessoais, conflito generalizado e suicídios.

De acordo com o Levantamento de 2013, existiu aumento na aplicação das medidas em meio aberto entre 2010 (67.045 adolescentes) e 2012 (89.718 adolescentes), ou seja, ocorreu um aumento de mais de 34% na quantidade de adolescentes que cumpriam medidas em meio aberto. Os principais locais em que o adolescente presta serviço à comunidade são: rede socioassistencial pública; unidades da administração pública (ex: corpo de Bombeiros, sede de administração municipal, etc.); rede de saúde; e rede educacional. As metodologias de atendimento socioeducativo serão estudadas nos Eixos de Estudo seguintes, especialmente, nos Eixos III e IV desse curso.

Caminhando para o final deste tópico, entendemos que, num paradigma de "proteção social" (MDS, 2013), os adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e as vulnerabilidades sociais são enfrentadas por meio de respostas coletivas, do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da transformação das condições concretas em que vivem. Concordamos que os "atos infracionais cometidos por adolescentes devem ser entendidos como resultado de circunstâncias que podem ser transformadas e de problemas passíveis de superação, de inserção social saudável, e de reais oportunidades- e, certamente, não de sofrer novas violências" (SDH,2013 p. 52).

A fim de garantirmos os direitos dos adolescentes envolvidos em atos infracionais, são necessárias ações em rede dentro das diferentes políticas intersetoriais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, dentre as quais destacamos:

- Maior aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto que, como vimos, são pouco aplicadas diante da prioridade da medida de internação;
- Instalação de Ouvidorias específicas para o sistema socioeducativo;
- Concretização efetiva dos Planos Estaduais de Atendimento Socioeducativo;
- Oferta de capacitação para os operadores do sistema socioeducativo;
- Realização de estudos e/ou pesquisas sobre o atendimento socioeducativo;
- Maior consistência na articulação entre as políticas setoriais, com a elaboração de protocolos e fluxos, para que as metas pactuadas nos Planos de Atendimento Individual (PIAs) possam ser efetivadas; e a
- Inserção dos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto na rede de atendimento das políticas de esporte e lazer, de cultura e de profissionalização, para além das redes de saúde e de educação, contribuindo para: a elaboração de novos projetos de vida, a inserção no mundo do trabalho na condição de aprendiz ou estagiário, a melhoria da sociabilidade, a ampliação de referências culturais e o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade.

Recentemente, verificam-se avanços para o fortalecimento dos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto. Em 2014, o Conselho Nacional de Assistência Social publicou a Resolução nº18, de 05 de junho de 2014, a qual dispõe sobre a expansão e qualificação do Serviço de

Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. De acordo com a Resolução citada, devem ser estabelecidas referência e contra referência entre este e os demais serviços da política de assistência social. Assim sendo, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias devem ter prioridade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos; e no Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho.

Em 13 de maio de 2016, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução nº 3, que define as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Também em 2016, foram publicadas as Orientações Técnicas para o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MDSA, 2016), que revigora o atendimento socioeducativo na Política de Assistência Social, no contexto do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em prol da proteção social dos adolescentes e de suas famílias, da responsabilização e da defesa de direitos. Maior atenção foi dada ao aprimoramento técnico do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade e à relação entre o Sistema de Justiça e as diversas políticas setoriais de assistência social, educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer.

Após essa apresentação da situação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil, tanto em meio fechado quanto em meio aberto, trataremos do tópico sobre a criminalização dos adolescentes em nosso país.

Você já parou para refletir sobre isso? É importante ter cuidado com os processos de criminalização dos adolescentes pobres e/ou que usam drogas, muito frequentes em debates atuais, no senso comum e nas mídias de massa. Opostamente, enquanto profissionais da socioeducação, devemos defender a valorização da voz dos adolescentes e da sua ativa participação no desenvolvimento da sua cidadania e na transformação de si mesmos e das suas comunidades.

A criminalização da Adolescência no Brasil

As significativas mudanças no Direito da Criança e do Adolescente, conquistadas historicamente pela sociedade brasileira, não eliminaram a discriminação em relação aos adolescentes. Quando se está diante de um adolescente autor de ato infracional isso é ainda mais evidente. Em meio à pressão da cultura do medo e ao apelo angustiado de uma sociedade que se sente refém da violência, a infração juvenil tem se constituído como uma questão polêmica, instigando a busca por respostas.

Nesse contexto, faz-se importante discutir os avanços conquistados e as saídas criativas encontradas no atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, procurando compreender melhor por que se atribui aos adolescentes a principal responsabilidade frente à situação de violência do país e ao sentimento de insegurança. Neste tópico, serão abordados alguns temas necessários a uma reflexão mais crítica e aprofundada sobre o fenômeno da infração juvenil.

Apesar de vivermos em um país onde os direitos universais estão ainda longe de serem garantidos para todos os cidadãos, a sociedade ainda encara as condições de miséria e pobreza como opcionais e/ou como desvios de

caráter e, nesta medida, acusa e criminaliza aqueles que se veem submetidos a todo esse quadro de precariedades e vulnerabilidades. É justamente o tema da criminalização que será abordado na seção seguinte.

Boa leitura!

Da "assistência aos menores" à criminalização da adolescência pobre no Brasil de hoje

As leis que vigoraram no Brasil do século XIX até as portas do século XXI - quando entra em vigor o ECA - não se destinavam a todas as crianças, mas àquelas que se enquadravam na dita "situação irregular". É importante termos claro que, embora as leis e políticas anteriores ao ECA sejam caracterizadas como de 'assistência social', camuflavam-se práticas de punição e segregação da infância/adolescência pobre, representada no conceito de "menor", sob o discurso da proteção. No outro extremo dessas práticas, existia o objetivo de prover defesa a uma elite favorecida economicamente, politicamente e juridicamente, representada como quem vivia de modo "regular" e não causadora de problemas e, por essa razão, fora do alcance do braço repressivo da lei.

Entre o fim dos anos 1970 e início da década de 1980, viveu-se no Brasil uma conjuntura bastante peculiar em termos políticos (primeiros vestígios do fim da ditadura militar, anistias e início do processo de redemocratização), econômicos (falta de empregos, desvalorização da moeda e alta inflação) e sociais (profunda desigualdade socioeconômica, crescimento da população das favelas nas grandes cidades com a evasão do campo, altas taxas de

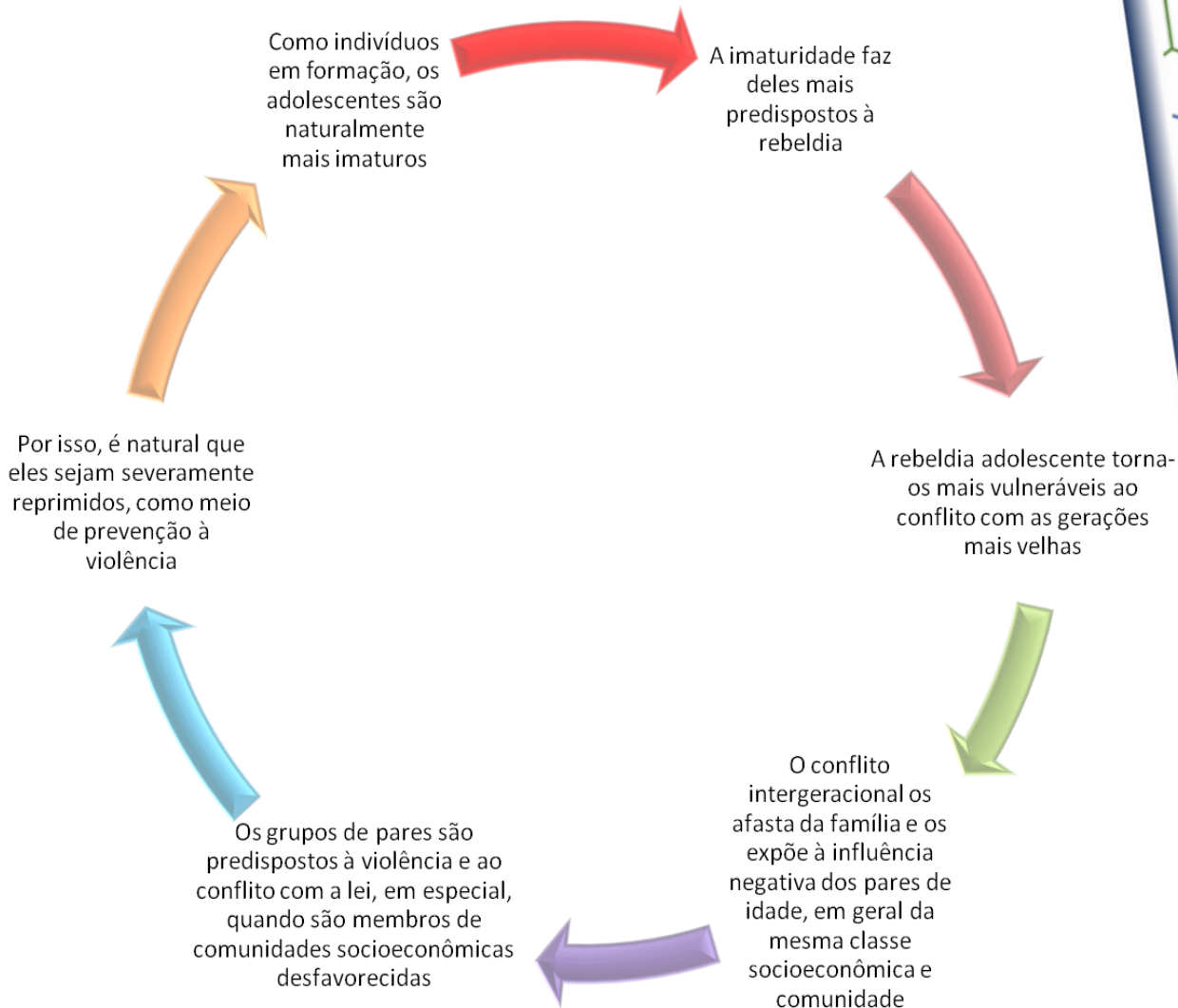
analfabetismo e abandono escolar), entre outros fatores bastante complexos. O fracasso do "milagre econômico", ensaiado desde a era Vargas, culminou com a caracterização dos anos 1980 como a "década perdida".

Naquele contexto, a exacerbação dos sentimentos de medo e insegurança se relacionava ao aumento real nas taxas de criminalidade nas cidades brasileiras, em especial do crime violento (Caldeira, 2000; Adorno, 1998; Coelho, 1988). Naquele momento político do Brasil, o aumento da prática de crimes aumentou as ansiedades vinculadas a outros fenômenos, como a inflação, o desemprego e as transformações políticas que expandiam os direitos dos cidadãos e alteravam as tradições de exercício de poder.

Esse conjunto de fatores contribuiu para um acirramento do fenômeno da violência social. Graças às construções sociais negativas, legalmente fundamentadas, acerca da adolescência e juventude pobres, esses grupos passaram rapidamente à condição de principais protagonistas da violência social, de objeto de medos e pavores indiscriminados e de principais alvos das medidas repressivas. São exemplos de tais medidas: o aumento da repressão policial; reiteradas propostas visando à redução da maioria penal e ao tratamento mais severo da infração juvenil; e a adoção mais frequente de enclausuramentos, que levaram ao inchaço das unidades de internação. Em resumo, ao longo da nossa constituição como sociedade, tem sido atribuído aos adolescentes e jovens pobres o papel de personificação do mal, que precisa ser combatido para restauração da suposta harmonia social. Entretanto, como discutido anteriormente, os adolescentes e jovens pobres são os maiores alvos da violência em nossa sociedade.



Devemos refletir sobre o fato de que, no momento em que o adolescente é estigmatizado como potencialmente perigoso, uma série de mecanismos são postos em ação, levando ao que é conhecido como "profecia autor realizadora". Esse conceito refere-se ao processo no qual um fenômeno social temido é tão amplamente profetizado que acaba se concretizando. Um outro efeito da "profecia autor realizadora" é que ela leva à naturalização de fenômenos que são, na realidade, produtos de tensos processos de construção social. A associação entre adolescência e criminalidade pode ser analisada como um caso dessas profecias, que funcionaria mais ou menos assim:



O exemplo esquemático apresentado acima expressa o processo como as representações sociais sobre a adolescência (baseadas em discursos cotidianos e científicos) podem tomar o lugar dos adolescentes concretos e justificar o processo de criminalização do adolescente, fomentando a formulação de leis e práticas de contenção e repressão.

Criticamos fortemente cada uma das premissas presentes nessa "profecia autor realizadora", como a naturalização da imaturidade, da rebeldia e do conflito intergeracional na família do adolescente, bem como a visão de que o grupo de amigos dos adolescentes é fonte de influências negativas (as "más influências"), que os afastam da família. A necessidade de

desconstruir mitos e estereótipos negativos associados à adolescência já foi discutida nas seções anteriores. Da mesma forma, a conclusão dessa cadeia de raciocínio, ou seja, a naturalização da criminalização do adolescente pobre precisa ser contestada.

Além disso, aumento das estatísticas de violência, somado aos ingredientes do medo e da propagação midiática do crime produzem uma busca desenfreada por culpados e punições, reforçando assim o processo de criminalização de certos grupos, quase sempre pertencentes às camadas pobres. Como efeito de processos de controle social perverso, percebe-se os jovens como instáveis, definidos pela falta, incompletos e, por isso, perigosos (Moraes, 2008).

Historicamente, várias foram as sociedades que buscaram explicar e, desse modo, controlar os crimes e atos violentos. Entre as explicações oferecidas, as de base naturalista e que situavam o problema no indivíduo, em suas características biológicas, personológicas ou psicopatológicas, sempre fizeram muito sucesso, motivando altos investimentos em pesquisas e políticas públicas.



Criminalização é a visão segundo a qual o problema do crime é o criminoso, o qual já nasce predisposto a seguir esse caminho, seja por características biológicas ou hereditárias, ou ainda por circunstâncias de sua história de vida, como a pobreza e o rompimento dos laços familiares.

Como destaca Caldeira (2000), "se a desigualdade [social] é um fator explicativo importante, não é pelo fato de a pobreza estar correlacionada diretamente com a criminalidade, mas sim porque ela reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça" (p.134).

Entre as teorias científicas que tentaram explicar em bases etiológicas os motivos que levam os indivíduos a praticarem crimes, está o controverso trabalho de Cesar e Lombroso, na segunda metade do século XIX. Este psiquiatra adentrou ao campo da Criminologia² com um projeto cuja base encontrava-se na identificação de criminosos a partir de traços físicos e psíquicos. Em sua proposta, ele defendia a possibilidade de identificar o criminoso antes mesmo do cometimento do crime, embasada em um levantamento de características que ele julgava estarem presentes no "criminoso nato". Depois de estudar quatrocentas autópsias de "delinquentes", seis mil "delinquentes" vivos, além de um amplo e minucioso levantamento com presidiários na Europa, ele chegou a uma extensa lista de atributos físicos e temperamentais que considerava estarem presentes nos "delinquentes natos". Por meio de tais anomalias e caracteres atávicos, eles podiam ser distinguidos dos não-criminosos (Lombroso, 1876/2013).

As bases científicas das conclusões de Lombroso caíram por terra rapidamente, por meio de estudos posteriores; entretanto, como fundamento de práticas sociais, elas estiveram presentes até a Segunda Guerra Mundial. Essa ênfase em supostas causas biológicas de crimes acabava por condenar pessoas com determinadas características a serem

² Criminologia é uma ciência interdisciplinar que estuda as diversas variáveis do crime, as formas de prevenção e as políticas de controle social da criminalidade, a partir do estudo do crime, do criminoso, da vítima e das reações sociais que ele enseja. Relaciona-se com a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e o Direito Penal.

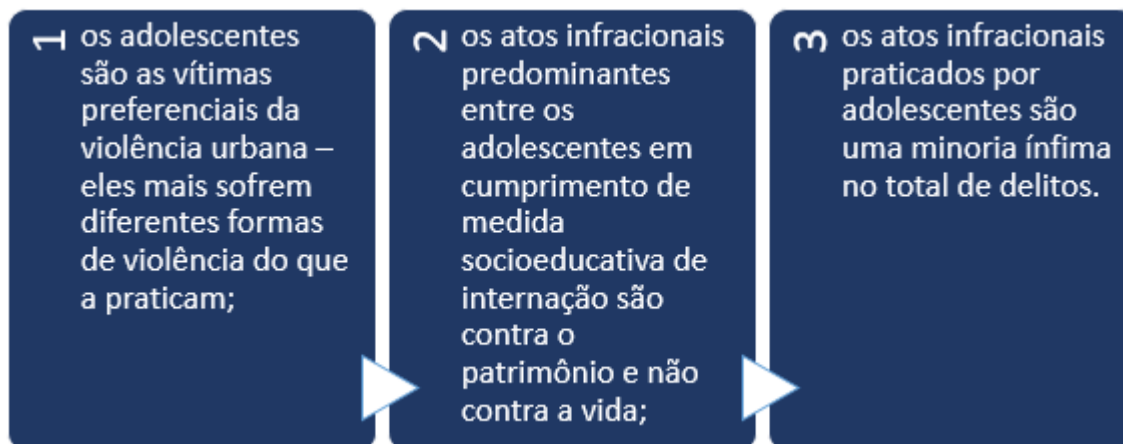
vistas como criminosas em potencial, considerando-se apenas uma questão de tempo até cometerem alguma violação da ordem social. Apesar das críticas, os resquícios da criminologia lombrosiana sobrevivem no senso comum e, inclusive, no entendimento de alguns juristas, inspirando concepções preconceituosas e excludentes contra adolescentes, especialmente, os pobres e negros.

Tal como aponta Cruz (2010), embasados em ideias preconceituosas e segregacionistas, temos assistido ao fortalecimento das medidas disciplinadoras, "seletivamente direcionadas para um segmento delimitado da população: adolescentes pobres, negros e moradores das periferias urbanas; de forma que o reordenamento do poder e das funções do Estado no neoliberalismo e a consequente produção de infâncias e adolescências desiguais foram acompanhadas por práticas de inclusão precária" (p. 86- 87). Tais características são típicas do processo de criminalização da pobreza e incluem ainda a individualização da violência e a revisitação de práticas e políticas higienistas, menoristas e de contenção penal da miséria social.

É preciso, portanto, que nós, profissionais da socioeducação, estudiosos e interessados no tema, tenhamos bastante cuidado com todos os mitos que generalizam a periculosidade, a violência e o terror, e procuremos contrapor argumentos que naturalizam a repressão, o controle social e a higienização da população. Estes argumentos vêm ganhando força e vêm tomando espaço nas proposições legais que buscam legitimar o aumento do tempo de internação e a redução da idade penal. Tais propostas estão ganhando crescente apoio da população que, amedrontada com os índices de violência que circulam cotidianamente em todos os meios de comunicação de massa, os incorporam sem a devida reflexão, muitas vezes.

Na tentativa de contrapor o discurso de que os adolescentes representariam o "mal social", podemos enfatizar algumas informações

sistematizadas pela literatura (Cruz, 2010; Oliveira, 2001) e que, de alguma forma, já foram apresentados anteriormente, ao longo desse Eixo de Estudo:



Outro aspecto de que devemos ter clareza é que não existem evidências de que a incidência de atos infracionais diminuiria por meio do agravamento de punições e penas (Cruz, 2010). Um exemplo que ilustra exatamente o contrário é o fato de que a adoção de penalidades cada vez mais severas no contexto norte-americano não foi capaz de reduzir nem quantidade e nem a gravidade de atos infracionais cometidos por adolescentes. Em nosso país, há estudos que avaliam a inocuidade de leis mais severas para punição da criminalidade, como a Lei nº 8072/90, conhecida como Lei de Crimes Hediondos para desestimular a prática criminal. De acordo com os analistas, a existência da lei contribuiu para aumentar o número de presos e o tempo de encarceramento, mas não os índices de criminalidade, cujas trajetórias estatísticas se mantiveram estáveis depois da lei (ILANUD, 2005).

Face ao exposto ao longo de todo esse Eixo de Estudo, acreditamos que é preciso desmistificar a periculosidade da adolescência no nosso país, apresentando dados fundamentados cientificamente e novas estratégias de enfrentamento para o problema da violência e insegurança, que não podem

ser atribuídos exclusivamente a um grupo social que tem sido historicamente marginalizado. Milhares de adolescentes brasileiros só encontram a figura da lei e da Justiça quando infringem as regras estabelecidas pelo Contrato Social, sobretudo, aquelas ligadas à propriedade privada; e esse encontro se marca pelo enclausuramento, pela aniquilação e, até mesmo, pelo extermínio da vida de muitos deles.

Entendemos que, no paradigma da Proteção Integral que sustenta as medidas socioeducativas, defende-se o modelo de responsabilização do adolescente, em contraposição aos processos de criminalização, judicialização e de "infantilidade social" da adolescência, conforme discutimos ao longo de todo este Eixo.

A seguir, chegamos à última seção do Eixo de Estudo I, no qual gostaríamos de contextualizar você, cursista, no paradigma de Direitos Humanos e enfatizar a importância de celebrar a diversidade que perpassa o atendimento socioeducativo.

A celebração da Diversidade nas Políticas Públicas Orientadas aos Adolescentes

Conforme apresentamos ao longo deste Eixo Temático, as experiências que definem “ser adolescente”, a transição para a adolescência e a sua duração se definem em bases culturais e podem ser muito diferentes em grupos sociais e em diferentes tempos. Entendemos que somente é possível compreender os comportamentos dos adolescentes e construir intervenções educativas orientadas a adolescentes a partir da articulação entre diversos elementos que mediam os processos de desenvolvimento, como: a realidade material; as instituições sociais (ex: família, escola); as contradições socioeconômicas; e as práticas sociais concretas de que participam os adolescentes.

Incentivamos você, cursista, a compreender a diversidade inerente ao atendimento socioeducativo e a refletir que, por conta disso, as questões da adolescência não podem ser interpretadas de modo unívoco. Nos demais Temas de Estudo deste Eixo Temático, vimos que as vulnerabilidades enfrentadas pelos adolescentes são ainda mais agravadas por cortes étnicos e socioeconômicos. Por exemplo, são ainda mais vulneráveis os adolescentes negros e pobres. Também vimos que existe a necessidade de maiores investimentos no atendimento socioeducativo destinado exclusivamente às adolescentes brasileiras e nos programas socioeducativos desenvolvidos em meio aberto.

No viés da Proteção Social, as vulnerabilidades relacionais remetem à condição em que as características sociais e culturais (“diferenças”) são desvalorizadas ou discriminadas negativamente, se tornando “desigualdades” (MDS, 2013). Dentre as inúmeras vulnerabilidades

relacionais, destacamos os preconceitos e as discriminações, o abandono, a apartação, o confinamento, o isolamento e as violências.

Tais vulnerabilidades são enfrentadas com frequência por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, que costumam ser discriminados por conta do seu histórico infracional ou por suas características pessoais e/ou comunitárias. Seu local de moradia comumente dificulta seu acesso a bens e serviços públicos de qualidade (ex: transporte, educação, saúde, assistência social). Determinados grupos de adolescentes podem ser impedidos de circular em alguns territórios, por conta de brigas entre grupos rivais ou da divisão social do espaço urbano nas grandes cidades. A própria condição de confinamento em uma unidade de internação é uma vulnerabilidade relacional.



As vulnerabilidades relacionais restringem as oportunidades concretas dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de estabelecer vínculos interpessoais diversificados, dificultando seu desenvolvimento pleno.

A dimensão material da vulnerabilidade social tem recebido maiores investimentos das políticas públicas de proteção social, por meio de programas de transferência de renda e ações de saúde integral. No entanto, a dimensão relacional da vulnerabilidade social ainda permanece como

desafio a ser lidado, ao passo que causam diversos danos e riscos ao desenvolvimento dos adolescentes e não podem ser combatidas por intervenções individuais ou familiares isoladas.

Quando assumimos que o ser humano somente se constitui na relação com outras pessoas, compreendemos que as formas de intervenção com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas precisam criar encontros interpessoais diversificados e mobilizadores de transformações pessoais, familiares, comunitárias e sociais. A fim de que as “diferenças” não se tornem “desigualdades” e com a intencionalidade de atuarmos enquanto atores que garantem os direitos dos adolescentes, é necessário problematizar questões associadas ao gênero, à orientação sexual, à etnia, às espiritualidades e às deficiências, por exemplo.

Estas questões atuam como recortes que podem ilustrar caminhos de investimento das políticas públicas, para atingir grupos mais vulneráveis. Por exemplo, vimos que os adolescentes negros do sexo masculino são as maiores vítimas dos homicídios e, portanto, seriam público prioritário na formulação de políticas de prevenção a mortes violentas na adolescência.

A garantia dos direitos dos adolescentes brasileiros somente é atingida ao se usar a equidade enquanto norteador das políticas públicas, em um movimento de questionar tradições, construídas ao longo do desenvolvimento da nossa sociedade, que oprimem determinados segmentos sociais em favorecimento de outros.

Do ponto de vista legal, todas os dispositivos de normatização que balizam o atendimento socioeducativo prezam pelo respeito às diferenças, pela não-discriminação e pela celebração da diversidade. Entendemos que as políticas públicas orientadas à proteção social e assistência aos adolescentes precisam respeitar as diferenças e celebrar essa diversidade: étnica, espiritual, de gênero, de orientações sexuais, bem como os

obstáculos enfrentados pelos adolescentes com alguma deficiência no nosso país.

Todas estas questões possuem como denominador comum o respeito aos direitos que os adolescentes são titulares. No próximo Eixo Temático, essas questões serão trabalhadas mais detalhadamente, ao se discutir o paradigma da garantia de direitos, temática importante a ser apropriada pelos profissionais que atuam no sistema socioeducativo.





O nosso país possui uma população bem grande de adolescentes. Muitos enfrentam diversas vulnerabilidades, riscos sociais e/ou têm seus direitos violados. Algumas destas vulnerabilidades são: a situação de pobreza e a extrema pobreza; a baixa escolaridade; a exploração do trabalho infanto-juvenil; a privação da convivência familiar e/ou comunitária; o altíssimo número de homicídios da adolescência; a gravidez na adolescência; doenças sexualmente transmissíveis; o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes; e o abuso de drogas.

A maior parte dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Brasil são rapazes, entre 16 e 17 anos, negros e pardos, que praticaram atos infracionais classificados como análogos a roubo e ao tráfico de drogas. Apesar dos dados evidenciarem que a maioria dos atos infracionais não se refere a atos contra a pessoa, a internação ainda é uma medida socioeducativa muito aplicada no Brasil.

Foram identificados avanços para o fortalecimento dos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto, dentre os quais, a publicação de orientações técnicas e resoluções dos Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Educação, sobre o atendimento escolar de adolescentes e jovens e sobre o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

A fim de garantirmos os direitos dos adolescentes envolvidos em atos infracionais, são importantes diversas ações em rede dentro das diferentes políticas intersetoriais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

A criminalização da adolescência no Brasil é mais direcionada para adolescentes em situação de pobreza, negros e que se desenvolvem nas áreas periféricas dos centros urbanos. As políticas para se lidar com a violência social ainda evidenciam heranças de vieses minoristas, higienistas, repressoras e de contenção penal da miséria social. A naturalização da criminalização do adolescente pobre e os mitos estereótipos negativos associados à adolescência precisam ser contestados em nosso país, ainda nos dias de hoje.

As formas de intervenção com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas precisam criar encontros que combatam desigualdades, celebrem a diversidade e mobilizem transformações pessoais, familiares, comunitárias e sociais. A fim de garantir os direitos dos adolescentes e priorizar os grupos mais vulneráveis, é necessário problematizar questões associadas ao gênero, à etnia, às deficiências e à diversidade sexual e religiosa, por exemplo.



Resumo



Síntese do Eixo 1

Adolescência e Juventude: Questões Contemporâneas

Parabéns!

Chegamos ao fim do primeiro Eixo Temático do curso!

Esperamos que as leituras tenham levado você a conhecer mais sobre a população de adolescentes brasileiros, em geral, e sobre a situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no país. Também procuramos estimular você a refletir sobre os processos de criminalização dos adolescentes, o que é mais evidente para os adolescentes em situação de pobreza. Estes conhecimentos e estas reflexões são essenciais a todo profissional da socioeducação, visando que os objetivos de proteção social, de garantia de direitos, de ruptura com a trajetória infracional, de promoção do desenvolvimento e de inclusão social, escolar, cultural, comunitária e profissional possam ser concretizados no atendimento socioeducativo.

Ao longo de todo o Eixo Temático I, enfatizamos o paradigma da proteção e a defesa dos direitos dos adolescentes brasileiros, preconizados pelo ECA e por outros dispositivos legais, nacionais e internacionais. Conhecemos melhor as principais vulnerabilidades enfrentadas pelos adolescentes brasileiros e entendemos que, para minimizar as vulnerabilidades enfrentadas pelos adolescentes brasileiros, deve-se procurar identificar e concretizar as suas potencialidades e das suas comunidades.

Encerramos esse Eixo reafirmando que, no paradigma da proteção social aqui apresentado, as vulnerabilidades são enfrentadas de modo coletivo. Assim, clamar por estratégias repressivas como modo de prevenir novos atos infracionais e culpabilizar o adolescente que usa drogas pelo aumento da violência urbana são discursos e práticas ineficazes, ideológicas, violadoras de direitos dos adolescentes e que, portanto, devem ser combatidos.

A seguir, apresentamos as referências bibliográficas que fundamentaram esse Eixo e propomos algumas atividades de autoaprendizagem e de aprofundamento de conhecimentos, para que você tire o maior proveito das oportunidades de formação desse curso.



- Adorno, S. (1998). Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. In: Zaverucha J. (org.), *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX* (p.151-189). Recife: Ed. Bagaço.
- Araújo, C. M. de e Lopes de Oliveira, M. C. S. (2010). Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. *Educação em Revista*, 26 (3), 169-194.
- Ariès, P. H. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Barros, L. da S. (2018). Juventudes e educação: invisibilidades e emergências no percurso histórico brasileiro. *Cadernos de Educação*, 17 (35), 3-22.
- Caldeira, T. P. R. (2000). Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp.
- Coelho, E. C. A (1988), Criminalidade Urbana Violenta. *Dados, Revista de ciências sociais*, 31 (02), 145 - 183.
- Corazza, S.M. (2000). *História da infância sem fim*. Ijuí: Unijuí.
- Costa, J. F. (1983). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Cruz, A. W. O. (2010). *O adolescente em conflito com a lei e a escola: criminalização e inclusão perversa*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Dessen, M. A. e Braz, M. P. (2005). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. Em

M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (p. 132-151). Porto Alegre: Artmed.

Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: LetrasLivres.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro. IBGE.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD. Síntese de Indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017a). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017*. Rio de Janeiro. IBGE.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017b). *Novos arranjos familiares. Retratos- A revista do IBGE*, 6, 16-19. Acesso em 09/02/19. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf

ILANUD- Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. (2005). Relatório final da pesquisa "A lei de Crimes Hediondos como Instrumento de política Criminal. São Paulo: ILANUD. Acesso em 09/02/19. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/376255/mod_resource/content/1/RelILANUD.crimes%20hediondos.pdf

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). *Resumo Técnico. Censo da Educação Básica 2018*. Brasília: INEP.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Atlas da Violência de 2018*. Rio de Janeiro: IPEA. FBSP.

Lombroso, C. (1876/2013). *O Homem Delinquente*. São Paulo: Ícone Editora.

- MDH- Ministério dos Direitos Humanos. (2018). *Levantamento Anual SINASE 2016*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos.
- MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDSA- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto..* Brasília: MDSA.
- Melo, D. L. B. de e Cano, I. (2012). *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- Moraes, P. R. B. de. (2008). *Juventude, medo e violência*. Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise novos e invisíveis laços sociais. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf
- Oliveira, C. S. (2001). *Sobrevivendo no Inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, B. R. dos; Magalhães, Daniela R. ; Mora, G. G. ; e Cunha, A. (2017). *Gravidez na Adolescência no Brasil: Vozes de Meninas e Especialistas*. Brasília: Instituto dos Direitos da Criança- INDICA.
- SDH- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei - 2012*. Brasília: SDH.
- SEPLAN- Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (2013). *Análise de vulnerabilidades da juventude negra no Distrito Federal*. Brasília: SEPLAN.
- Soares, R. P. (2012). *A concepção de Família da Política de Assistência Social - Desafios à atenção às famílias homoparentais*. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília: Brasília.
- UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2011). *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília: UNICEF.

- UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2017). *Violência contra criança e adolescente: O gênero, a etnia, o recorte etário e a distribuição regional*. Brasília: UNICEF.
- UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2018). *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*. Brasília: UNICEF.
- Vasconcelos, A. M.; Ribeiro, F. G.; Griebeler, M. C.; e Carraro, A. (2017). Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”: Evidências para o Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 71 (2), 233-257.
- Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo*. Brasília: Flacso Brasil- Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais.
- Yokoy de Souza, T. (2008). *Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade*. São Paulo: IBCCRIM.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FVG Editora.



- Infância ou adolescência.
Fonte: <http://marioalbertoblog.blogspot.com/2010/11/infancia-e-adolescencia.html>
- Lei do ventre livre.
Fonte: <https://conhecimentocientifico.r7.com/lei-do-ventre-livre/>
- Adolescentes.
Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42747453>
- Idade Cronológica
Fonte: <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/o-desenvolvimento-humano-ao-longo-do-ciclo-vital>
- Crianças adultizadas:
Fonte: <https://www.feliz7play.com/pt/criancas-adultizadas/>
- Bullying
Fonte: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/brasil-e-o-2-pais-com-mais-casos-de-bullying-virtual-contra-criancas-11072018>
- Fortalecendo a Família
Fonte: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/como-combate-lo/sgdca/>
- Desenho de Família
Fonte: https://image.freepik.com/fotos-gratis/um-vista-elevada-de-um-menina-mao-desenho-a-familia-e-casa-com-lapis-colorido-ligado-papel-desenho_23-2148026287.jpg
- Baixa escolaridade
Fonte: <https://www.indice.eu/img/news/2015/07/baixa-escolaridade-e-tao-nociva-para-a-saude-como-o-tabaco.jpg>

- Gravidez na adolescência

Fonte: <https://www.emaisgoias.com.br/wp-content/uploads/2019/01/GravidezAdolescencia-e1432925843739.jpg>
https://image.freepik.com/fotos-gratis/mulher-gravida-asiatica-nova-que-guarda-sua-barriga-que-fala-com-sua-crianca-mae-sentindo-se-feliz-sorrindo-positivo-e-pacifico-enquanto-cuida-bebe-gravidez-perto-da-janela-na-sala-de-estar-em-casa_7861-2180.jpg

- Drogas na adolescência

Fonte: <https://sossobriedade.com.br/wp-content/uploads/2013/10/adolescente1.jpg>

- Adolescente internado

Fonte: <https://www.notibras.com/site/wp-content/uploads/2016/03/degaseRio.jpg>

- Direitos dos adolescentes

Fonte: <http://nossacausa.com/wp-content/uploads/2016/05/direitos-humanos.png>

- Diversidade

Fonte: https://oxigenioaceleradora.com.br/wp-content/uploads/2018/10/dr_setubal_Diversidade_e_Inclus%C3%A3o_09_04_2018.jpg